

Revista

**FEBASE**

Ano II  
N.º 15  
1,50 €  
Julho de 2011

Federação do Sector Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Hóracio Oliveira e Pereira Gomes

Director: Delmiro Carreira



Febase contra atentado a direitos contratuais

**Governo corta 50%  
no subsídio de Natal**

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Sector Financeiro  
NIF 508618029

**Correio electrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Director:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Directores Adjuntos:**  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Hóracio Oliveira – SBSI  
Pereira Gomes – SBN

**Conselho editorial:**  
Firmino Marques – SBN  
Pastor Oliveira – SBSI  
Patrícia Caixinha – STAS  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Rui Santos

**Redacção e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 113  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 80.000 exemplares  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

**POLÍTICA** | Actualidade  
Febase contra atentado a direitos contratuais **4**

Febase comenta Programa do Governo **5**

**SINDICAL** | Actualidade  
Helena André disse “sim” a projecto de Portaria de Extensão do ACT **8**

O projecto de Portaria **9**

Conselho Geral da Febase aprova revisão dos Estatutos **10**

Santander e BPI comprometem-se a manter nível de emprego **11**

1.º Encontro de jovens da FEBASE **11**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros  
Contratação Colectiva na Actividade Seguradora **12**

**SINDICAL** | Actualidade  
Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Grupo BCP **14**

Crédito Agrícola assume situação financeira confortável **16**

**FORMAÇÃO** | Actualidade  
Formação em alternância: uma aposta com futuro **20**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional  
Futsal: vitória indiscutível do GD Santander Totta **22**

Tiro: Jaime Sampaio é novo campeão nacional **24**

## Voltamos em Outubro

Tal como no ano passado, e devido ao período das férias estivais, a “Revista FEBASE” não se publica em Agosto e Setembro, voltando ao contacto com os leitores em 11 de Outubro.



26

| Bancários Sul e Ilhas



27

| Bancários Norte



28

| Bancários Centro



29

| STAS Actividade Seguradora



Texto: **HORÁCIO OLIVEIRA**

## A Europa está numa encruzilhada

A situação que atravessamos não é fácil e por muito positivo estado de espírito que se tenha e facilidade em o transmitir aos demais... Não é fácil!

O programa do Governo versus medidas da "troika" confirma que vamos ter que "mudar de vida". Mas vai chegar? Ao que parece, a ajuda internacional ao nosso País e o reconhecido esforço que os portugueses estão preparados para fazer não estão a saciar a sede dos especuladores. Ainda agora foi anunciado o corte de "rating" a Portugal por parte da Moody's e já no dia seguinte aquela agência baixou a notação da dívida de quatro Bancos.

A Europa está numa encruzilhada, da qual tem de sair brevemente, sob pena de ser "engolida" pelo mercado aberto, sem regras, cego e sem ética. Um mercado que continua a olhar a pessoa como a base de uma pirâmide que tem no seu vértice o capital e o lucro a qualquer preço.

Das duas, uma: ou os critérios utilizados pelas agências de notação financeira norte-americanas não são aplicáveis à Europa, o que obrigará a que esta se adeque e crie condições de contraposição; ou a continuação da "guerra" entre o dólar e o euro não vai parar, com claros prejuízos para os países da zona euro e com reflexos, ainda, inimagináveis para a concepção político-social da Europa. O "frente-a-frente" entre os "dois mundos", escamoteado nos corredores dos poderes e dissimulado pelas teias fabricadas pelos diversos interesses envolvidos, tem de ter um fim. Cabe à Europa do euro ganhar coragem e adoptar as medidas políticas que se imponham para não se deixar enredar.

A zona euro não pode continuar submetida a decisões de agências de "rating", tomadas sob determinados critérios, que condicionam a actuação política das suas autoridades (políticas e financeiras).

Internamente, o governo comprometeu-se com um Programa de Emergência Social, orientado para as pessoas com maiores carências e para os que mais severamente têm sido atingidos, criando as condições para uma justa repartição dos custos e sacrifícios associados à superação da crise.

Uma das medidas mais mediáticas já anunciadas é o imposto extraordinário, de valor equivalente a 50% do subsídio de Natal, acima do salário mínimo nacional. A sua justeza é discutível, sendo certo que o movimento sindical não pode, por princípio, estar de acordo com quaisquer tipos de penalizações sobre os rendimentos dos trabalhadores. E se atendermos, designadamente no nosso caso, a que a Banca e as Seguradoras continuam a bloquear a negociação colectiva, mais razões existem para este desagrado.

No entanto, penso, naquela medida, obviamente difícil, foi cumprido aquele anunciado desiderato do governo: houve a preocupação do "carácter universal" e de não serem atingidos portugueses que tenham rendimento mensal inferior ao salário mínimo.

É aqui, no carácter social das políticas que venham a ser seguidas que pode (e deve) estar a diferença.

Tenhamos esperança que haja coragem na Europa... E em Portugal. ■

Se atendermos, designadamente no nosso caso, a que a Banca e as Seguradoras continuam a bloquear a negociação colectiva, mais razões existem para este desagrado em relação ao imposto extraordinário, de valor equivalente a 50% do subsídio de Natal





Texto: INÊS F. NETO

Medidas com maiores implicações para os trabalhadores

## Febase comenta Programa do Governo

A Febase leu atentamente o Programa do Governo e destaca, com comentários despretensiosos que possam ajudar o leitor a perceber, as medidas que previsivelmente terão maiores implicações na vida dos trabalhadores e das suas famílias

Texto: INÊS F. NETO E DELMIRO CARREIRA



### Ministros responsabilizados pelo "seu" orçamento

Programa do Governo (PG): Cada ministro é responsável pelo estrito cumprimento dos limites orçamentais fixados para o seu ministério. Eventuais desvios serão compensados pelo próprio dentro do mesmo exercício. Na impossibilidade de uma compensação integral dentro do mesmo ano no ministério responsável pelo desvio será a mesma assegurada por outros ministérios. No exercício seguinte, o limite da despesa do ministério responsável pelo desvio será reduzido pelo montante não compensado acrescido de uma penalização.

**Comentário:** Se um ministro não controlar os seus limites orçamentais, no ano seguinte o ministério terá que absorver esse excesso e ainda a respectiva penalização. Pode entretanto demitir-se ou ser demitido, deixando a factura para o sucessor. Afigura-se difícil que este mecanismo de controlo venha a ser eficaz.

O Parlamento aprovou, no dia 1 deste mês, o Programa do XIX Governo, liderado por Pedro Passos Coelho. Tratando-se de um documento muito genérico e com poucas medidas concretas – não contendo, igualmente, a explicitação da forma como serão implementadas – há no entanto algumas ideias-chave que lhe estão subjacentes e que não podem deixar de preocupar os Sindicatos.

É o caso, desde logo, daquelas que afectam os trabalhadores do sector financeiro: a venda do BPN e do ramo segurador da CGD, sem que nada seja dito quanto à salvaguarda dos postos de trabalho; e o previsto "alinhamen-

Natal é de "de legalidade duvidosa e certamente injusto, afectando milhões de trabalhadores portugueses de forma cega e indiscriminada".

O corte do subsídio de Natal mereceu do Secretariado "uma clara e inequívoca rejeição", na senda de posição idêntica assumida pela UGT.

A Febase lembra ainda que os trabalhadores bancários e de seguros têm os seus aumentos salariais congelados por bloqueio da negociação colectiva – no caso dos seguros e do BPN desde 2010 –, o que agora é agravado pela aplicação deste imposto.

Assim, o Conselho Geral da Federação, reunido dia 6 no Porto, aprovou uma moção em que considera "um atentado aos direitos consignados na negociação colectiva a exigência de mais sacrifícios aos trabalhadores, através da consumação de um imposto extraordinário sobre o subsídio de Natal, que abrange os trabalhadores por conta de outrem quando não é exigido igual sacrifício ao capital e às empresas". (ver moção nesta edição). ■

Febase contra atentado a direitos contratuais

## Governo corta 50% no subsídio de Natal

O Primeiro-Ministro abriu o debate parlamentar sobre o Programa do Governo com o anúncio de uma medida que não constava do documento: o corte de 50% no subsídio de Natal de todos os trabalhadores com vencimentos superiores ao salário mínimo – incluindo pensões de reforma.

É o PEC I de Passos Coelho

Pedro Passos Coelho anunciou que o Governo vai lançar uma "contribuição especial" que implica o corte de metade dos subsídios de Natal em todos os ordenados e pensões de reforma acima do salário mínimo. Não se referiu a qualquer "contribuição especial" sobre as empresas ou outro tipo de rendimentos.

O Primeiro-Ministro justificou o pedido de "mais sacrifícios" aos portugueses com o estado das finanças públicas e afirmou que a medida só se aplica

este ano. "Sei bem que as pessoas se perguntam até quando terão de ser elas, com o fruto do seu trabalho, a acudir aos excessos das despesas do Estado. Neste ponto, permitam-me que fale com toda a clareza. Não deixo as notícias desagradáveis para outros nem as disfarçarei com ambiguidades de linguagem. Não permitirei que os sacrifícios sejam distribuídos de forma injusta e desigual", disse Pedro Passos Coelho.

"Os portugueses podem confiar neste Governo para quebrar o ciclo vicioso dos últimos anos [...] queremos poupar o País a um desastre. Vamos anunciar medidas de antecipação para inverter este ciclo e restaurar confiança na nossa economia. Antecipamos já medidas previstas", disse ao iniciar o debate. Seguiu-se o anúncio do corte no subsídio de Natal.

**"Não permitirei que os sacrifícios sejam distribuídos de forma injusta e desigual", disse Pedro Passos Coelho**

Embora o chefe do Executivo tenha adiantado que a forma de concretização deste está ainda a ser ultimada pelo Ministério das Finanças, refira-se que, face ao que desde então tem sido anunciado, não se tratará, como aconteceu há umas décadas, da cativação do subsídio e sua transformação em títulos do Tesouro, mas da sua completa apropriação pelo Estado.

Passos Coelho anunciou também que o Governo vai antecipar para o terceiro trimestre deste ano "medidas estruturais" previstas no acordo com a troika, como o programa de privatizações. "De entre todas estas medidas, destaco a reestruturação do sector empresarial do Estado, a reforma do modelo regulatório e o programa de privatizações", declarou Pedro Passos Coelho.

**Febase contra corte**

Os órgãos da Febase analisaram já a recente decisão do Governo, considerando que o recente imposto extraordinário que irá incidir sobre o subsídio de



### Rescisões por mútuo acordo na função pública

Programa do Governo (PG): Optimização progressiva dos meios humanos afectos à Administração Pública... criando um programa de rescisões por mútuo acordo.

**Comentário:** São vários os observadores que não acreditam na eficácia de um programa de rescisões por mútuo acordo na função pública. Referem que serão os quadros mais qualificados a ter tendência a aproveitar esta possibilidade. Por outro lado, se a adesão fosse muito grande teria custos elevados, que a actual situação dificilmente suportará. O Sindicato dos Técnicos do Estado (STE) não acredita no programa. ■





## Autoridades reguladoras

PG: Apresentar uma proposta de Estatuto Jurídico das Autoridades Administrativas Independentes, integrando a sua criação na reserva de Lei Parlamentar;

- Transformar as entidades com funções reguladoras dependentes do Governo, e cujos mercados regulados pela sua importância o justifiquem, em Autoridades Administrativas Independentes, reintegrando as restantes na administração tradicional (de modo a evitar o risco de proliferação e banalização de falsos reguladores);

- Reforçar a autonomia e a responsabilidade das Autoridades Administrativas Independentes. A forma de designação dos titulares dos órgãos de direcção ou administração será alterada. Em função da natureza de cada entidade este processo de designação deverá envolver o Governo, a Assembleia da República e o Presidente da República, tendo a preocupação de garantir consensos alargados quanto aos seus méritos.

**Comentário:** Trata-se, no fundo, de mudar o nome às actuais entidades reguladoras, encontrando uma nova forma de designar os seus dirigentes. A inclusão de membros indicados pelo Presidente da República comporta o risco de se vir a assistir a um corupção em direcção a Belém sempre que a Autoridade da Concorrência não controlar os excessos da GALP no preço dos combustíveis.

► em, por exemplo, a CGD e o Banco de Portugal.

As medidas que apontam como objectivo a alteração ao Código do Trabalho também suscitam receios, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de um “sistema dual” no mercado de trabalho – em que será introduzido um novo regime contratual (sem contudo se afectar os contratos antigos, segundo o Governo) –, à permissão de renovação dos contratos a termo, ao aumento do período experimental nos contratos de trabalho, às mexidas nas regras do trabalho suplementar (prevendo a possibilidade de não ser pago), a possibilidade de se prescindir de justificação para o trabalho temporário ou à intenção de fazer depender os aumentos salariais exclusivamente do aumento da produtividade. Estas medidas mereceram já o repúdio da UGT, que suscita mesmo a inconstitucionalidade de algumas delas.



## Patrões com descontos reduzidos para a Segurança Social

PG: Política de “desvalorização fiscal” que visará criar emprego e promover o crescimento económico. Através desta medida – redução da TSU – pretende-se contribuir para uma redução substancial dos custos de produção das empresas.

**Comentário:** Os beneficiários desta medida são exclusivamente os patrões, sendo duvidoso, dado o facto da maioria do tecido empresarial português ser constituído por PME, que contribua para a criação de postos de trabalho. Seguro é a diminuição de receitas da Segurança Social, indispensáveis para garantir as pensões de reforma. Como será feita a compensação da perda de receitas: através de aumentos no IVA ou, como alguns adiantam, através do recurso ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, criado para prevenir crises futuras?



## Curiosidades

Energia eólica e outras renováveis eram uma bandeira do anterior Governo, com o objectivo de nos tornar menos dependentes do petróleo. No Programa do Governo “eólica” é palavra ignorada e “energias renováveis” aparece apenas uma vez em 129 páginas. Significa isto que a GALP “ganhou” à EDP?

O Governo afirma que o seu Programa é “frugal e realista para quatro anos”, mas essa mesma frugalidade não o impediu de nos prometer “uma sociedade mais cosmopolita e liberta das tentações periféricas que as mais de três décadas de democracia não conseguiram afastar plenamente”. O que será isto?

Do mesmo modo, os Sindicatos manifestam a sua preocupação com as propostas referentes à descida da Taxa Social Única (TSU), que poderá pôr em causa a sustentabilidade da Segurança Social, ou, em contrapartida, como refere o Programa, ser compensada pelo aumento dos impostos indirectos, o que é uma forma de penalizar a popu-



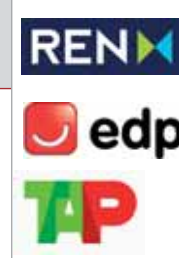
## Privatização da ANA

PG: Proceder à definição do modelo de privatização da ANA e à sua efectiva concretização, articulando-o com o modelo de privatização da TAP e ponderando a eventual transferência dos Aeroportos da Madeira e dos Açores para a competência das respectivas Regiões Autónomas.

**Comentário:** O Governo privatiza a lucrativa ANA, que gere os aeroportos de Lisboa, Porto e Faro e os das regiões Autónomas. Deduz-se do Programa que os aeroportos das Regiões Autónomas, que dão prejuízo, poderão passar para a responsabilidade dos respectivos Governos Regionais. Será isto aceite ou acabarão por ficar na Administração Central?

lação em geral, numa altura em que as famílias enfrentam já enormes dificuldades.

Ainda no que diz respeito à fiscalidade, teme-se as consequências de medidas anunciadas, como a redução dos escalões do IRS, bem como das deduções e isenções de que actualmente as famílias beneficiam.



## Alienação de participações na EDP, REN e TAP

PG: Aliena a totalidade das participações na EDP e REN, preferencialmente até ao final de 2011, e garantir que sociedades cujo objecto seja a produção, distribuição ou comercialização de energia (como a EDP) possam, directa ou indirectamente, imediata ou diferidamente, ter posições de controlo da REN. Aliena também a totalidade das participações na TAP.

**Comentário:** Desde que a respectiva Autoridade Administrativa Independente funcione correctamente, não se antevêem grandes consequências nas alienações referentes à EDP e à REN. Salvo que o momento pode não ser o ideal para venda de activos, sob pena de serem vendidos a preço de saldo.

Relativamente à TAP, não deixa de ser curioso que venha a ser sublinhado por alguns observadores da área económica que esta privatização não se traduzirá na entrada de dinheiro nos cofres do Estado, uma vez que o seu previsível valor será “engolido” pela necessidade de suportar perdas anteriores.



## Política salarial do SEE alinhada pela Função Pública

PG: Alinhar progressivamente as políticas salariais do SEE, sobretudo em sectores não concorrenciais, com as das administrações públicas;

- Identificar todas as empresas com participação directa ou indirecta do Estado cuja actividade se entenda dever ser libertada para o sector privado e calendarizar as respectivas operações de alienação.

**Comentário:** As políticas salariais do SEE, que tanta guerra têm dado, como se concretizarão? Suscitam a questão de como será feito o alinhamento progressivo com as administrações públicas. Veja-se o caso da CGD, do BdP, da TAP, da CP, da Refer, etc.

A Febase leu com atenção redobrada o Programa do Governo e nestas páginas tece comentários às medidas que, em sua opinião, poderão ter mais reflexos na vida dos cidadãos e dos trabalhadores em particular. Outras, mais genéricas, são referidas por se suspeitar da sua aplicabilidade e eficácia. ■



## Despesas de saúde, educação e habitação contam menos no IRS

PG: Redução dos benefícios e das deduções fiscais em sede de IRS.

**Comentário:** A adopção desta medida foi sempre rejeitada no passado recente pelo partido maioritário do Governo. Aparece agora no Programa do Governo, ficando por saber a que escalões de rendimento se aplica. Significará sempre um aumento do IRS para alguns.



## Venda do BPN e racionalização da CGD

PG: O Governo tem como objectivo encontrar um comprador para o BPN até ao final de Julho de 2011;

- Racionalizar a estrutura do grupo CGD com o objectivo estratégico de concentração nas suas actividades de intermediação financeira. Assim, a CGD deverá vender as suas participações no sector dos seguros e nas áreas não estratégicas. Os fundos provenientes destes desinvestimentos deverão ser afectados ao reforço dos rácios de capital da CGD para aumentar a sua capacidade de financiamento às empresas.

**Comentário:** O programa não acrescenta nada de novo àquilo que já era conhecido e resultante do Memorando de Entendimento com a troika. Relativamente ao BPN, a grande preocupação dos Sindicatos da Febase é a salvaguarda dos postos de trabalho, garantida na lei da nacionalização e que provavelmente o Governo se preparará para alterar, caso o eventual comprador interessado o exija.

O mesmo se passa com a alienação por parte da CGD das suas participações no sector dos seguros.

Fica por saber quais são as áreas estratégicas consideradas pelo Governo.



## Control+Alt+Del ao Programa do Governo

Pela sua pertinência, transcrevemos um trecho do artigo de opinião de André Macedo, director de “Dinheiro Vivo”, do Diário de Notícias, publicado na edição de 30 de Junho:

“Acontece que vivemos um momento único – explosivo, como insiste (para quê?!) Cavaco Silva. As receitas políticas habituais não serviram, faliram, este Governo está obrigado a reinventar a fórmula e as rotinas para que o País faça, de facto, Control+Alt+Del.

Apresentar um programa de Governo enxuto e claro teria sido um bom começo. O famoso memorando da troika, por exemplo, resume em 34 páginas tudo o que é preciso fazer até 2014. Se formos capazes de cumprir metade do que lá está, o País dará uma volta de 180° – veremos, depois, se para melhor.

Para quê, então, 129 páginas cheias de nada quando os objectivos estão definidos? Para quê enfeitar se, no fim, não se ganha nada com isso?”

Em resposta ao pedido da Fabase

# Helena André disse “sim” a projecto de Portaria de Extensão do ACT

TEXTO: **INÉS F. NETO**



A Fabase requereu à então ministra do Trabalho a publicação de uma Portaria de Extensão para aplicação do ACT do Sector a todos os trabalhadores bancários de Instituições de Crédito não subscritoras de qualquer convenção colectiva. Helena André considerou "conveniente promover a extensão da convenção em causa". À data da edição da revista, não era ainda conhecido se alguma entidade patronal teria deduzido oposição ao projecto. A decisão final cabe agora, nos termos da lei, ao novo Governo

O aviso de projecto de Portaria de Extensão para aplicação do ACT do Sector a todos os trabalhadores bancários de Instituições de Crédito não subscritoras de qualquer convenção colectiva e a respectiva nota justificativa da então ministra do Trabalho e da Solidariedade Social foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 22, de 15 de Junho.

Na nota justificativa que acompanha o aviso de projecto, Helena André fundamen-

ta a sua posição afirmando: “A extensão da convenção tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.”

A revista Fabase publica, na íntegra, o texto publicado no BTE n.º 22:

**Aviso de projecto de portaria de extensão do acordo colectivo e das suas alterações entre várias Instituições de Crédito e a FEBASE — Federação do Sector Bancário.**

*Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 2 e 3 do Artigo 516.º do Código do Trabalho e dos Artigos 114.º e 116.º do Código do Procedimento Administrativo, torna-se público ser intenção do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social proceder à emissão de portaria de extensão do acordo colectivo para o sector bancário, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, e das suas alterações em vigor, com consolidação no acordo colectivo entre várias Instituições de Crédito e a FEBASE — Federação do Sector Bancário, publicada no citado Boletim, n.º 3, de 22 de Janeiro de 2011, ao*

*abrigo do Artigo 514.º e do n.º 1 do Artigo 516.º do Código do Trabalho, cujo projecto e respectiva nota justificativa se publicam em anexo.*

*Nos 15 dias seguintes ao da publicação do presente aviso, podem os interessados no procedimento de extensão deduzir, por escrito, oposição fundamentada ao referido projecto.*

*Lisboa, 31 de Maio de 2011. — A Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Maria Helena dos Santos André.*

## Nota justificativa

O acordo colectivo para o sector bancário, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, e as suas alterações em vigor, com consolidação no acordo colectivo entre várias Instituições de Crédito e a FEBASE — Federação do Sector Bancário, publicada no citado *Boletim*, n.º 3, de 22 de Janeiro de 2011, abrangem, no território nacional, as relações de trabalho entre os empregadores outorgantes e os trabalhadores representados pelas associações sindicais que as outorgaram.

A FEBASE — Federação do Sector Bancário requereu a extensão do acordo colectivo às relações de trabalho existentes em todo o

sector de actividade da convenção, argumentando que a Associação Portuguesa de Bancos, associação de empregadores representativa do sector de actividade da convenção, embora detentora do direito de contratação colectiva, não o tem exercido.

A convenção de 2011 actualiza a tabela salarial. O estudo de avaliação do impacto da extensão da tabela salarial teve por base as retribuições efectivas praticadas no sector abrangido pela convenção, apuradas pelos quadros de pessoal de 2009 e actualizadas com base no aumento percentual médio das tabelas salariais das convenções publicadas nos anos intermédios.

Os trabalhadores a tempo completo do sector, com exclusão de aprendizes, praticantes e de um grupo residual, são cerca de 21.212, dos quais 678 (3,1%) auferem retribuições inferiores às da convenção, sendo que 609 (2,8%) auferem retribuições inferiores às convencionadas em mais de 5%.

São as empresas do escalão de dimensão de mais de 250 trabalhadores que empregam o maior número de trabalhadores com retribuições inferiores às da convenção. A convenção actualiza, ainda, outras cláusulas de conteúdo pecuniário, como o subsídio de almoço, as diuturnidades, as despesas de deslocação, o abono para falhas, o subsídio de turno dos caixas, o subsídio a trabalhador-estudante, o subsídio infantil e o subsídio de estudo.

Considerando a finalidade da extensão e que as mesmas prestações foram objecto de extensões anteriores, justifica-se incluí-las na extensão.

A retribuição do nível 1 da tabela salarial prevista no anexo II é inferior à retribuição mínima mensal garantida em vigor. No entanto, a retribuição mínima mensal garantida pode ser objecto de reduções relacionadas com o trabalhador, de acordo com o Artigo 275.º do Código do Trabalho. Deste modo, a referida retribuição apenas é objecto de extensão para abranger situações em que a retribuição mínima mensal garantida resultante da redução seja inferior àquela.

A convenção inicial e a maioria das alterações posteriores não foram objecto de extensão. Apenas a alteração de 1997 foi estendida por portaria de extensão publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 13, de 4 de Agosto de 1998.

Por outro lado, até 2005 registaram-se várias adesões de Instituições de Crédito e de sociedades financeiras. No entanto, existe um número significativo de empregadores e de trabalhadores a quem a convenção inicial e as alterações posteriores não se aplicam, pelo que se procede, agora, à extensão das condições de trabalho em vigor nas actividades abrangidas.

Tem-se, ainda, em consideração a existência, no sector de actividade da

convenção, de acordos de empresa e acordos colectivos subscritos por diversos empregadores, alguns dos quais são também outorgantes da convenção.

Com vista a aproximar os estatutos laborais dos trabalhadores e as condições de concorrência entre as empresas do sector de actividade abrangido, a extensão assegura retroactividade idêntica à da alteração publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 3, de 22 de Janeiro de 2011. No entanto, as compensações das despesas de deslocação não são objecto de retroactividade, uma vez que se destinam a compensar despesas já feitas para assegurar a prestação de trabalho.

Atendendo a que a convenção regula diversas condições de trabalho, procede-se

à ressalva genérica de cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

A extensão da convenção tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Embora a convenção tenha área nacional, a extensão das convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, pelo que a presente extensão apenas é aplicável no território do Continente.

Assim, ponderadas as circunstâncias sociais e económicas justificativas da extensão, previstas no n.º 2 do Artigo 514.º do Código do Trabalho, é conveniente promover a extensão da convenção em causa. ■

## O projecto de Portaria

Projecto de Portaria de Extensão do acordo colectivo e das suas alterações entre várias Instituições de Crédito e a FEBASE — Federação do Sector Bancário

Manda o Governo, pela Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo do Artigo 514.º e do n.º 1 do Artigo 516.º do Código do Trabalho, o seguinte:

### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes do acordo colectivo para o sector bancário, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, e das suas alterações em vigor, com consolidação no acordo colectivo entre várias Instituições de Crédito e a FEBASE — Federação do Sector Bancário, publicada no citado *Boletim*, n.º 3, de 22 de Janeiro de 2011, são estendidas no território do continente:

a) Às relações de trabalho entre instituições de crédito, incluindo bancos, e sociedades financeiras não outorgantes que prossigam as actividades abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

b) Às relações de trabalho entre empregadores outorgantes da convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas não representados pela associação sindical outorgante.

2 — A extensão determinada no número anterior não se aplica às relações de trabalho abrangidas por convenções colectivas específicas.

3 — As retribuições previstas no anexo II da convenção, inferiores à retribuição mínima mensal garantida em vigor, apenas são objecto de extensão nas situações em que sejam superiores à retribuição mínima mensal garantida resultante de redução relacionada com o trabalhador, de acordo com o Artigo 275.º do Código do Trabalho.

4 — Não são objecto de extensão as disposições contrárias a normas legais imperativas.

### Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia após a sua publicação no *Diário da República*.

2 — A tabela salarial e os valores das cláusulas de conteúdo pecuniário constantes da alteração publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 3, de 22 de Janeiro de 2011, à excepção dos previstos na cláusula 106.ª, produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

3 — Para o efeito de cálculo da retribuição decorrente da prestação de trabalho suplementar, a tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2010.

4 — Os encargos resultantes da retroactividade poderão ser satisfeitos em prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente portaria, correspondendo cada prestação a dois meses de retroactividade ou fracção e até ao limite de seis. ■

## O que se vai passar

Face à publicação do projecto de Portaria de Extensão, o Código do Trabalho estabelece:

Artigo 516.º

(competência e procedimento para emissão de Portaria de Extensão)

1 - Compete ao ministro responsável pela área laboral a emissão de Portaria de Extensão, salvo havendo oposição a esta por motivos de ordem económica, caso em que a competência é conjunta com a do ministro responsável pelo sector de actividade.

2 - O ministro responsável pela área laboral manda publicar o projecto de Portaria de Extensão no Boletim do Trabalho e Emprego.

3 - Qualquer pessoa singular ou colectiva que possa ser, ainda que indirectamente, afectada pela extensão pode deduzir oposição fundamentada, por escrito, nos 15 dias seguintes à publicação do projecto.

4 - O Código do Procedimento Administrativo é subsidiariamente aplicável.



# Conselho Geral da Febase aprova revisão dos Estatutos

O Conselho Geral da Federação do Sector Financeiro (Febase) aprovou alterações aos seus Estatutos, o que lhe permitirá ultrapassar constrangimentos de funcionamento que o tempo veio a revelar existirem na anterior ordem estatutária. Por um amplo consenso aprovou igualmente uma moção de rejeição à ofensiva contra os trabalhadores do sector financeiro

A Ordem de Trabalhos da sessão do Conselho Geral de dia 6, que se realizou no Porto, não era extensa e tinha como ponto principal a discussão e votação da revisão dos Estatutos. Mas dada a actual situação sócio-laboral, o ponto antes da OT acabou por adquirir igual importância, tendo sido aprovada uma moção apresentada pelo Secretariado, que se reuniu na véspera. A sessão teve ainda a particularidade de ter decorrido sob o signo do consen-

so, como prova o facto de por várias vezes as tendências terem aceite sugestões umas das outras, alcançando-se acordos importantes face à sensibilidade das matérias em discussão.

Foi o que aconteceu com a moção do Secretariado, intitulada "Febase rejeita a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores do sector financeiro" e que aborda temas como a situação dos trabalhadores do BPN face ao apertado calendário de venda do Banco, as eventuais consequências laborais da privatização das empresas do ramo segurador do grupo CGD, o impasse na revisão salarial da Banca e Seguros e o corte no subsídio de Natal para todos os trabalhadores por conta de outrem com vencimentos superiores ao salário mínimo nacional (ver moção nestas páginas).

A conselheira Teresa Rosa, da tendência Mudar, sugeriu uma alteração ao ponto 3 da parte deliberatória da moção, o que foi aceite pelo Secretariado e incluída na íntegra no texto final.

"Por parte deste Secretariado e das tendências nele representadas existe

sempre disponibilidade para fazer acertos naquilo que tem enquadramento no espírito das coisas que fazemos", sublinhou Rui Riso, presidente da Direcção do SBSI e vice-secretário geral da Febase.

A moção foi aprovada por esmagadora maioria, tendo contado apenas com uma abstenção.

## Tentar desbloquear a contratação colectiva

A moção foi apresentada pelo Secretariado e, como referiu o secretário-geral da Febase, "retrata fielmente os trabalhos" daquele órgão. Realçando a preocupação com a situação dos trabalhadores bancários e dos seguros, Carlos Marques adiantou que, no que concerne à negociação colectiva, a Federação espera ser possível algum desenvolvimento nas reuniões com os presidentes dos principais grupos financeiros.

Refira-se que decorreram já encontros com as Administrações do Santander Totta e do BPI. "Esperamos a todo o

momento novos agendamentos e que deles resulte o desbloqueamento da negociação colectiva", disse.

Paulo Alexandre, coordenador do Pelouro da Contratação, adiantou que o grupo negociador da Federação foi mandatado para ensaiar junto da Banca algumas propostas que, embora não acarretando custo directos para as Instituições de Crédito, podem ajudar a clarificar situações que têm suscitado diferentes interpretações.

É o caso, explicou, da contratualização de certas matérias, nomeadamente das pensões de sobrevivência, do reconhecimento das uniões de facto, e da base de incidência das contribuições para os SAMS em determinados assuntos específicos.

Quanto ao sector segurador, a negociação foi retomada, havendo neste momento em cima da mesa três propostas: a dos sindicatos da Febase, a da Associação Portuguesa de Seguros (APS) e a de um outro sindicato.

## Estatutos revistos

Alguns consensos foram igualmente observados na discussão da proposta do Secretariado sobre a revisão dos Estatutos da Federação, com a aceitação de algumas das sugestões de alteração

seus aumentos salariais congelados por bloqueio da negociação colectiva – no caso dos seguros e do BPN desde 2010 – o que agora é agravado pela aplicação deste imposto.

O Conselho Geral da FEBASE, reunido na Cidade do Porto, no dia 6 de Julho de 2011, delibera:

1.Exigir ao Governo que não permita quaisquer despedimentos no sector financeiro decorrentes do memorando assinado com a troika;

2.Reivindicar ao Governo e às Administrações das Instituições de Crédito abrangidas pelas privatizações (BPN e sector segurador do grupo CGD) que a forma de aplicação das medidas de austeridade tenha em conta critérios de justiça social e de defesa do emprego no sector, que até à data se tem servido dos trabalhadores para atingir os resultados positivos alcançados;

3.Considerar um atentado aos direitos consignados na negociação colectiva a exigência de mais sacrifícios aos trabalhadores, através da consumação de um imposto extraordinário sobre o subsídio de Natal, que abrange os trabalhadores por conta de outrem quando não é exigido igual sacrifício ao capital e às empresas.

avancadas pelos conselheiros durante a discussão na especialidade e que foram incluídas no texto final.

As principais alterações ao texto fundamental da Federação prendem-se com o alargamento do Secretariado, que passará a incluir 24 elementos, e com a extinção dos Conselhos Sectoriais da Banca e dos Seguros, passando para o Conselho Geral a responsabilidade das decisões.

O alargamento do Secretariado é justificado por se ter verificado que quando um dos sindicatos da área seguradora assume a direcção – como agora acontece com o STAS – está impossibilitado de cumprir a norma estatutária de indicar um vice-secretário-geral, uma vez que apenas dispõe de um

elemento naquele órgão. Para resolver esse constrangimento e manter o princípio da proporcionalidade entre sindicatos foi necessário aumentar o número de elementos.

A extinção dos Conselhos Sectoriais deve-se à conclusão de que, apesar das especificidades de cada sector, as questões que se vão colocando podem ser resolvidas pelo Conselho Geral, acreditando-se na sensibilidade dos conselheiros para compreenderem e respeitarem as particularidades sectoriais.

Na votação final global, a proposta do Secretariado com as devidas correcções aceites durante o debate na especialidade foi aprovada por maioria, com 71 votos a favor, 5 contra e 2 abstenções. ■

## Santander e BPI comprometem-se a manter nível de emprego

As administrações do Santander Totta e do BPI garantiram, em reuniões separadas com a Febase, que manterão os actuais níveis de emprego nos seus Bancos. Os presidentes de ambas as instituições manifestaram disponibilidade para contribuir para o desbloqueio da negociação colectiva. No âmbito do pedido de reuniões ao mais alto nível com a Banca efectuado pelo Secretariado da Febase, com o objectivo de contribuir para ultrapassar o impasse na revisão salarial de 2011, a Federação realizou já reuniões com delegações da Administração do Santander Totta, liderada por Nuno Amado (no dia 1) e do Conselho de Administração do BPI, presidida por Fernando Ulrich (dia 7).

Os presidentes de ambos os Bancos garantiram que os actuais níveis de emprego vão ser mantidos, apesar de prosseguirem a reestruturação das respectivas redes de balcões.

Relativamente à negociação colectiva, Nuno Amado adiantou que o Santander Totta é favorável à procura, em sede de negociação, de patamares que possam ajudar a desbloquear o actual impasse e irá dar indicações sobre quais os aspectos que, pela sua natureza, podem e devem ser contemplados à mesa de negociações.

Por seu lado, Fernando Ulrich manifestou a sua disponibilidade para que nesse âmbito seja revisto algum clausulado do ACT do sector bancário.

Já a Febase reafirmou a sua vontade de ajudar a encontrar os melhores caminhos para um sistema bancário sólido, potenciador da economia e gerador de emprego, que possibilite a todos os trabalhadores bancários a segurança do emprego e a satisfação dos justos anseios e expectativas.

Assim, vai apresentar à mesa de negociações algumas propostas que podem contribuir para ultrapassar o actual impasse. (ver notícia sobre o Conselho Geral da Febase).

## 1.º Encontro de jovens da FEBASE

A Febase vai realizar o seu primeiro encontro de jovens nos dias 14, 15 e 16 de Outubro, em Ofir.

Este evento tem como matriz organizacional combinar actividades de carácter sindical com outras, nomeadamente lúdicas (tema da época medieval), de modo a envolver todo o agregado familiar num agradável convívio.

Num momento em que o sector atravessa profundas alterações, consequência da crise no sistema financeiro, com repercussões óbvias nas nossas carreiras, este encontro permitirá uma reflexão sobre a actual situação do sector e suas consequências.

No entanto, não descuramos o espírito de inovação e de surpresa que é uma das tónicas deste evento que certamente criará uma envolvência alegre e despreocupada de modo a podermos desanuviar do dia-a-dia stressante que é o trabalho nesta área.

Em tempo oportuno, será dada informação mais detalhada, pelo que os interessados deverão ficar atentos aos respectivos sítios dos Sindicatos da Febase para procederem à sua inscrição.

O Conselho Geral da Febase aprovou, por esmagadora maioria (com apenas uma abstenção), a moção proposta pelo Secretariado da Federação.

O texto aprovado será publicado em cinco jornais diários e entregue aos principais órgãos de soberania, nomeadamente ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Assembleia da República e grupos parlamentares, bem como às Centrais Sindicais.

A revista "Febase" publica, na íntegra, a moção aprovada:

### FEBASE rejeita a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores do sector financeiro

Reunido na cidade do Porto, o Secretariado da FEBASE analisou o ponto da situação da contratação colectiva no sector financeiro e, de uma forma mais aprofundada, o impacto das medidas de austeridade decorrentes do memorando assinado entre a "troika" e o Governo português.

Foram analisados, nomeadamente, os aspectos decorrentes da anunciada venda do Banco Português de Negócios e da privatização do sector segurador da Caixa

Geral de Depósitos, bem como a recente medida de imposto extraordinário sobre o subsídio de Natal.

No que concerne ao processo de privatização, pelos riscos que o mesmo acarreta para o nível de emprego no sector financeiro, encontra-se obrigada a FEBASE a acompanhar com particular preocupação os dois casos, especialmente na questão associada à venda do BPN, dado o limite temporal definido.

Os trabalhadores das Instituições em questão não são, nem foram, responsáveis pela situação que agora conduz ao anunciado processo, não sendo por isso admissível que possam constituir uma moeda de troca para um eventual facilitar do negócio a um qualquer grupo económico interessado.

No que concerne em particular ao BPN, a FEBASE rejeita em absoluto que um "caso de polícia" se transforme numa situação desesperante para centenas de trabalhadores que, de acordo com as notícias veiculadas pela comunicação social, podem ter o seu posto de trabalho em causa, face à eventual oferta de compra que incluirá apenas uma parte do seu quadro de pessoal.

Os trabalhadores do BPN foram já vítimas de discriminação salarial o ano passado, não lhes tendo sido aplicado o aumento decidido para todo o sector – onde o Banco está representado –, um processo que os Sindicatos não aceitaram nem aceitam, tendo levado o caso a tribunal. A audiência de partes está marcada para o próximo dia 12.

A FEBASE exige ao Governo que não continue a penalizar os trabalhadores do BPN e que, dentro da sua liberdade de escolher a forma de aplicação das medidas de austeridade, salguarde os postos de trabalho dos trabalhadores do BPN.

Comportamento análogo é exigido ao Governo para todos os trabalhadores do sector segurador do grupo CGD.

O recente imposto extraordinário que o Governo determinou, de legalidade duvidosa e certamente injusto, que irá incidir sobre o subsídio de Natal, afectando milhões de trabalhadores portugueses de forma cega e indiscriminada, merece da parte do Secretariado uma clara e inequívoca rejeição, na senda, aliás, de posição idêntica assumida pela UGT. A FEBASE não pode esquecer que os trabalhadores bancários e de seguros têm os

# Contratação Colectiva na Actividade Seguradora

TEXTO: **LUIS DIAS\***

A Associação Patronal do Sector (APS) enviou aos Sindicatos a sua proposta para um novo CCT para a Actividade Seguradora.

Acto contínuo, e conforme se tinham também comprometido, os Sindicatos de Seguros da FEBASE (STAS e SISEP) remeteram à APS a sua proposta

Vamos então procurar fazer uma sucinta sinopse histórica sobre como se chegou a estas propostas e a sua análise comparativa possível.

## Sucinta sinopse histórica

Não tem sido fácil manter o diálogo com elevação neste processo, formalmente encetado em 2004, mas que, por vicissitudes várias, (divulgadas já em informações várias sobre esta matéria), tem sofrido inúmeras pausas para reflexão, todas da iniciativa da APS, até chegarmos à conjuntura actual da própria APS apresentar uma nova proposta.

Desde sempre que o STAS, como Sindicato maioritário do sector, tem assumido as suas responsabilidades nos processos negociais em que é parte e procurado encontrar as melhores e mais ajustadas soluções que sirvam os interesses económicos e sociais dos seus associados. Foi assim no passado e será assim no futuro.

Desde o final dos anos noventa que o STAS tem procurado convencer os restantes parceiros intervenientes na contratação colectiva do sector de seguros da imperiosa necessidade de dotar o mesmo duma convenção moderna que

traduzisse substantivamente as transformações operadas, por virtude das sucessivas reestruturações feitas e das inovações tecnológicas introduzidas, que fizeram emergir tal necessidade, porque nada era já como dantes e novas profissões técnicas tinham eclodido, o que implicava reformulação total das actuais funções, categorias e carreiras profissionais.

Apenas um parceiro compreendeu esta imperiosa necessidade e tem vindo a participar activamente na prossecução deste desiderato que é o SISEP, nosso parceiro de caminhada, através da apresentação conjunta de propostas.

No processo negocial de revisão, encetado em 2004, houve fundadas esperanças que se conseguisse alcançar tal objectivo, porquanto a Direcção da APS dessa altura tinha encomendado um estudo a uma empresa especializada sobre a matéria, apresentado às partes em Março de 2006 e que, na essência, confirmou no terreno, em certa medida, a proposta STAS/SISEP sobre tal matéria.

O Presidente da Direcção da APS, à data, solicitou às partes a maior celeridade possível na discussão desta estruturante e nuclear matéria do CCT de Seguros, porque era sua convicção que, consensualizada a mesma, não se iriam verificar muitas divergências em relação ao restante clausulado.

Foi assim que decorreram negociações com significativos progressos, plasmados em relatórios e actas respectivas, até que, em dado momento das negociações, o advogado da APS procurou conciliar convergências e divergências em relação às propostas dum Sindicato e, ao fim de um mês, acabou por concluir que não lhe era possível e remeteu o caso para os negociadores desse Sindicato.

Estes procuraram fazê-lo, só que as suas alterações subvertiam toda a estrutura interna das grandes famílias funcionais, dado que misturavam funções de enquadramento com as outras funções, daí podendo resultar que quem desempenhasse tais funções deveria ser promovido à grande família funcional de enquadramento (directores e coordenadores/chefia), ou o inverso também era verdadeiro e a empresa,

se assim o entendesse, poderia não constituir uma cadeia hierárquica de enquadramento, porque a coordenação da unidade orgânica poderia ser feita por qualquer trabalhador, sem necessidade de promovê-lo.

Perante esta profunda divergência, a APS solicitou, em Setembro de 2007, uma pausa para reflexão e consulta à empresa especializada que tinha elaborado o estudo e que todas as partes tinham aceitado negociar a partir dele.

Lá diz o poeta "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades" e a Direcção da APS mudou de Presidente que, na sua primeira reunião com os Sindicatos, informou-os de que apenas pretendia uma revisão cirúrgica do actual CCT, ajustado às normas imperativas, resultantes da revisão do Código do Trabalho, em Janeiro de 2009.

Esta posição mereceu logo da parte dos negociadores do STAS o mais vivo protesto e indignação, porque deitava para o caixote do lixo todos os progressos negociais, entretanto estabelecidos, bem como o estudo que a própria APS tinha encomendado e deixava praticamente tudo na mesma.

Estratégia prosseguida também pelos negociadores de um outro Sindicato, a quem os do STAS deram, na mesma reunião, os parabéns porque tinham encontrado alguém que comungava das suas ideias em manter, neste capítulo das funções, categorias e carreiras, tudo igual, mesmo que já não tivesse correspondência na realidade funcional das empresas de Seguros.

Pela APS foram apresentadas propostas para a "sua revisão cirúrgica" e o STAS contrapôs as suas, insistindo sempre na imperiosa necessidade de revisão do capítulo das funções, categorias e carreiras, como matéria nuclear e estruturante do CCT de Seguros, no que foi sempre acompanhado pelo SISEP.

Dada a inflexibilidade desta posição, a APS encetou mais uma manobra de diversão, ao pedir ao Ministério do Trabalho a caducidade da actual convenção, republicada integralmente em Agosto de 2008, cujo pedido foi indeferido e foi a partir daí que convocou os Sindicatos para uma reunião informal, no passado dia 3 de Maio, onde o seu Presidente informou que tinha sido mandatado pelas suas Associadas para

No dia 16 de Junho foi recebida a proposta da APS, convocando ao mesmo tempo os Sindicatos para a sua apresentação, no dia 5 de Julho, e no dia 17 o STAS/SISEP entregaram a sua na APS

lhes transmitir que, se houvesse receptividade da sua parte, o que aconteceu, iriam receber, até meados de Junho, uma proposta para um novo CCT, que a sua equipa estava a ultimar.

O STAS informou, desde logo, que também iria apresentar a sua proposta, no que foi acompanhado pelo SISEP.

No dia 16 de Junho foi recebida a proposta da APS, convocando ao mesmo tempo os Sindicatos para a sua apresentação, no dia 5 de Julho, e no dia 17 o STAS/SISEP entregaram a sua na APS.

Após esta sinopse vamos agora procurar analisar comparativamente as duas propostas.

## Análise comparativa

A proposta da APS encontra-se estruturada da seguinte forma: Secções X; Cláusulas 36; e, Anexos 4.

A do STAS/SISEP: Capítulos XIII; Cláusulas 77; e, Anexos 7.

E o actual CCT: Capítulos XII; Cláusulas 91; e, Anexos 5 + Apêndices 7.

Verifica-se, assim, uma abissal diferença no que respeita ao número de cláusulas entre as duas propostas, o que indicia, desde logo, que a proposta da APS é minimalista, tendo subjacente a ideia de remeter muitas das matérias que a proposta do STAS/SISEP consagra para as normas imperativas do Código do Trabalho, fazendo omissão deliberada de outras que são conquistas dos trabalhadores de Seguros em sede de negociação colectiva como, por exemplo, as diuturnidades a serem substituídas por um prémio de permanência, que será atribuído de 5 em 5 anos, tendo em conta as notações obtidas pelos trabalhadores nas suas avaliações de desempenho e as promoções obrigatórias deixam de existir, passan-

do a haver apenas promoções facultativas, ligadas também à avaliação de desempenho.

A proposta da APS consagra as seguintes inovações: funções, categorias e bandas salariais (onde é o empregador que define os grupos e categorias profissionais); avaliação de desempenho; ingressos nos grupos técnico e operacional (ficando tais ingressos dependentes dum estágio de 18 meses); teletrabalho; comissão de serviço; mobilidade geográfica; mobilidade funcional; horário flutuante; banco de horas; prémio de permanência; plano individual de reforma.

A elaboração da proposta do STAS/SISEP foi balizada pelos seguintes pressupostos: manutenção das grandes conquistas da nossa contratação colectiva; consagração dos progressos e consensos anteriormente alcançados sobre funções, categorias e carreiras profissionais; e introdução de matérias inovadoras.

Quanto às inovações introduzidas, para além das que resultam das já divulgadas anteriormente sobre funções, categorias e carreiras profissionais, são as seguintes: aplicação da convenção também aos trabalhadores que sejam contratados através de empresas prestadoras de serviços, desde que filiados nos Sindicatos outorgantes; organização do trabalho; produtividade, qualidade e eficiência; introdução do Dia Mundial do Seguro, comemorado no dia 14 de Maio; retribuição da produtividade sobre os objectivos alcançados, a ser paga até 31 de Julho; consagração das comissões de saúde e segurança; transformação dos 2 dias da cláusula das mulheres em dispensas ao trabalho, por mês, para todos os trabalhadores, por motivos de ordem psíquica e física, comprovados por relatório médico entregue nos serviços de medicina da empresa; informação sobre a actividade social da empresa; obrigatório enviar aos Sindicatos todos os regulamentos internos; a formação contínua ministrada pela empresa por um período de cinco anos deverá ser considerada para efeitos de promoção obrigatória a Grau I para todos os trabalhadores que tenham cumprido os respectivos planos; participação nos encargos da negociação colectiva pelos

trabalhadores que não são sindicalizados; definição de unidade orgânica; as grandes famílias funcionais do conceito de áreas de negócio, suporte do negócio e de apoio ao negócio segurador.

Conforme poderá ser constatado, são propostas que partem de pressupostos muito diferenciados, tendo a APS como horizonte estabelecer uma nova convenção centrada nos "chamados serviços mínimos" da contratação, procurando, ao mesmo tempo, esbulhar todas as conquistas alcançadas pelos trabalhadores de Seguros ao longo de mais de sete décadas de existência.

A APS tarda, assim, a compreender que, nesta conjuntura de crise profunda, se torna necessário um maior envolvimento dos trabalhadores de Seguros e dos seus Sindicatos na superação da mesma e não será apenas pela acção ou omissão dos representantes do ca-

A APS tarda, assim, a compreender que, nesta conjuntura de crise profunda, se torna necessário um maior envolvimento dos trabalhadores de Seguros e dos seus Sindicatos na superação da mesma

pital accionista, na sua tentativa de redução de direitos tão arduamente conquistados, que se criará no seio das suas empresas um clima para a emergência de relações de trabalho dinâmicas e sem grande conflitualidade.

O desafio está aí na confrontação destas duas propostas. Os negociadores do STAS, imbuídos sempre por um espírito de diálogo aberto e construtivo e no estrito respeito por consensos progressistas, anteriormente alcançados, para a modernização da convenção colectiva de Seguros, não abdicarão, em tempo algum, neste processo negocial, de continuarem a defender os direitos económicos e sociais dos seus associados.

Por isso, esperam que os restantes negociadores persigam idêntico empenhamento, para bem das relações de trabalho na Actividade Seguradora. ■

\*Responsável da equipa de negociadores do STAS

Não tem sido fácil manter o diálogo com elevação neste processo, formalmente encetado em 2004, mas que tem sofrido inúmeras pausas para reflexão, todas da iniciativa da APS



Fundo de Pensões

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Grupo BCP

Texto: Inês F. Neto

O Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português (BCP) apresentava, no final de Dezembro de 2010, um nível de financiamento de 103,92%, com excepção do Associado Osis, financiado a 80,6% mas para o qual decorre um plano de amortização. Existem ainda responsabilidades que não estão a ser financiadas pelo Fundo



A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português (BCP) reuniu-se no dia 1 de Junho, tendo por objectivo a análise do Relatório Actuarial de 2010 elaborado pelo actuário responsável. Da Comissão fazem parte e estiveram presentes, em representação dos Sindicatos da Febase, Rui Riso e Freitas Simões, assessorados por Carmen Oliveira, do CIEF.

“Dado que o valor do Fundo de Pensões é de 5.122.732 mil euros, verifica-se um nível de financiamento de 103,92% face ao montante de 4.929.389 mil euros de responsabilidades”, refere a análise dos consultores dos Sindicatos da Febase, pertencentes ao Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa). E conclui: “Verifica-se assim cumprido o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP.”

O documento do CIEF refere ainda que “as responsabilidades decorrentes dos encargos com os SAMS foram igualmente financiadas, bem como o subsídio por morte previsto no ACT bancário.”

Recorde-se que os associados dos Fundos de Pensões são nove empresas do Grupo, pois foram extintas as quatro quotas-partes dos Associados que integram o Grupo Segurador (Ocidental Seguros, Ocidental Vida, Médis e Pensõesger). O financiamento das responsabilidades é feito através do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português (BCP), sendo a entidade gestora a Pen-

sõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, empresa do Grupo.

No Grupo existem dois tipos de planos de pensões: de benefício definido independente da Segurança Social (ACT) e o de benefício definido complementar (Segurança Social Integrado).

Refira-se, no entanto, que se verificaram três alterações ao Plano de Pensões. Por um lado, o grupo de trabalhadores que até 31 de Dezembro do ano passado estavam inscritos na CAFEB foi integrado no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, ficando apenas sob a responsabilidade do Fundo de Pensões uma quota-parte das responsabilidades com a velhice – alteração cujo impacto terá reflexo na avaliação de 31 de Dezembro de 2011, estando desde já calculado um decréscimo de responsabilidade no valor de 111.689.928 euros. Mas os benefícios de invalidez e sobrevivência serão mantidos na totalidade no Fundo de Pensões.

Por outro lado, registou-se uma alteração a nível do benefício de Reposição de Benefício Complementar, bem como foram incluídas no Fundo de Pensões as responsabilidades com pagamentos de pré-reformas e respectivos encargos da entidade patronal para com o Regime Geral da Segurança Social.

Verificou-se um decréscimo da taxa de crescimento das pensões de 1,65% para 1,5%.

Nível de financiamento

Apesar de o nível de financiamento do Fundo de Pensões cumprir o rácio míni-

mo, os consultores salientam que “ao nível do detalhe das responsabilidades por Associado verifica-se um financiamento inferior a 100% nos casos dos Associados OSIS, Interfundos e F&C”.

Existe um plano de amortização para o caso do Associado OSIS e o actuário refere que o Associado F&C já efectuou uma contribuição em 2011, de modo a que as responsabilidades fiquem financiadas a 100%.

O parecer chama ainda a atenção para o facto de existirem responsabilidades no montante de 369.908 mil euros que não estão a ser financiadas pelos Fundos de Pensões, nomeadamente no subsídio por morte, em alguns complementos atribuídos a colaboradores no âmbito de processos de reforma e em complementos de alguns ex-administradores do BCP.

“Estas responsabilidades estão a ser assumidas directamente pelos respectivos Associados através de provisões contabilísticas”, especifica.

Contribuições e benefícios garantidos

O documento refere que “as contribuições estimadas para 2010 foram realizadas”, pelo que se conclui que o Associado cumpriu o plano de financiamento indicado pelo actuário responsável.

“As contribuições em 2010 totalizaram 219.644 mil euros, incluindo as contribuições dos participantes, em valor superior ao previsto face à necessidade de contribuições extraordinárias”.

O custo normal para 2011 é estimado em 41.999 mil euros, acrescenta.

Os dados da população revelam uma responsabilidade constituída por 6.387 pensionistas, 9.283 reformas antecipadas e 12.417 activos.

A população activa tem uma idade média de 42,72 anos, enquanto nos pensionistas ela é de 69,55 anos. Existem 3.343 pensionistas por invalidez e 9.283 reformas antecipadas. Relativamente ao ano anterior e em termos gerais a população de pensionistas manteve-se; pelo contrário, a população de activos sofreu uma quebra de 485 pessoas (incluindo o universo dos ex-participantes com direitos adquiridos).

Os benefícios garantidos pelo Fundo de Pensões são: reforma, invalidez, sobrevivência imediata e diferida, subsídio por morte e cuidados de saúde pós reforma. Recorde-se que existe um financiamento regular do Fundo de Pensões de contribuições dos participantes, através de contas individuais.

O salário pensionável é estabelecido conforme definido na regulamentação colectiva – o ACT do sector bancário. O plano de pensões prevê ainda os direitos adquiridos pelos trabalhadores bancários, de acordo com a cláusula 140.ª do ACT.

O subsídio de invalidez é financiado através da subscrição de um seguro de vida de risco temporário anual renovável.

Adequação dos activos às responsabilidades

“Verifica-se um aumento da exposição a acções, ainda assim próximo do Benchmark estratégico, referido no documento sobre a política de investimentos do Fundo”. A exposição a dívida pública é de 405.421.267 euros.

De acordo com o Relatório e Contas, as maiores alterações ocorreram ao nível das componentes “liquidez” e “acções europeias”. “Na componente liquidez foram efectuados depósitos a prazo após alienação de títulos de dívida soberana portuguesa”, enquanto “na componente accionista foram adquiridas acções Eureka BV que contribuíram para o aumento desta classe de activos”.

O revisor oficial de contas refere que, de acordo com as regras específicas e prudenciais estabelecidas pelo ISP, “alguns limites foram ultrapassados”.

Assim, os consultores da Febase consideram que para os beneficiários activos, e tendo em conta a idade média dos participantes (42 anos), “a política de investimentos pode ser considerada ajustada ao risco do Fundo”, mas sublinha o facto de “o montante das pensões pagas representou cerca de 5% do valor total do Fundo”.

Registaram-se perdas financeiras de 285 milhões de euros, correspondendo a uma taxa anualizada de -5,49%, “muito abaixo da taxa de 5,5% utilizada para o cálculo das responsabilidades”, salientam. “É adoptado um Benchmark estratégico definido de acordo com o perfil de risco do Associado” e “são estimadas medidas de risco Activo-Passivo e efectuado o Stress test, considerando variações na inflação”, adiantam.

Assim, os consultores do CIEF concluem: “A carteira de activos financeiros deve ser acompanhada no sentido de ir ajustando a rendibilidade efectiva (num período de três anos) à taxa de juro técnica utilizada para descontar as responsabilidades actuariais, tendo em conta o risco da dívida soberana e a evolução da taxa de juro de mercado. Tratando-se de responsabilidades de longo prazo, a política de ‘asset liability matching’ deve adequar-se ao perfil das responsabilidades actuariais.” ■

Pensionistas

|             | N.º   | Idade média | Pensão média anual (€) |
|-------------|-------|-------------|------------------------|
| Velhice     | 783   | 74,78       | 17.206                 |
| Invalidez   | 3.343 | 71,24       | 15.438                 |
| Viuvez      | 2.027 | 69,97       | 8.472                  |
| Orfandade   | 220   | 21,96       | 4.803                  |
| Pré-reforma | 14    | 61,86       | 14.960                 |
| Total       | 6.387 | 69,55       | 13.076                 |

Reformas antecipadas

|       | N.º   | Idade média | Pensão média anual (€) |
|-------|-------|-------------|------------------------|
| Total | 9.283 | 63,59       | 19.944                 |

Activos

|                                     | N.º    | Idade média | Antiguidade média | Salário médio anual (€) |
|-------------------------------------|--------|-------------|-------------------|-------------------------|
| Idades < 65 anos                    | 10.389 | 43,31       | 18,07             | 33.892                  |
| Idades >= 65 anos                   | 1      | 66          | 42,46             | 69.837                  |
| Participantes c/direitos adquiridos | 2.027  | 39,7        | 8,95              | 14.757                  |
| Total                               | 12.417 | 42,72       | 16,58             | 30.771                  |

Responsabilidades do Fundo

Unidade: mil euros

|              | Responsabilidades | %     |
|--------------|-------------------|-------|
| Activos      | 1.205.460         | 24,5  |
| Pensionistas | 3.723.929         | 75,5  |
| Total        | 4.929.389         | 100,0 |

Composição da carteira de títulos

| Classes de Activos         | 2008   | 2009   | 2010   |
|----------------------------|--------|--------|--------|
| Acções                     | 24,63% | 26,30% | 29,60% |
| Obrigações e liquidez      | 66,41% | 58,80% | 60,49% |
| Imobiliário                | 8,77%  | 12,13% | 9,66%  |
| Investimentos alternativos | 0,19%  | 2,77%  | 0,25%  |
| Total                      | 100,0% | 100,0% | 100,0% |



Ao comemorar primeiro centenário

## Crédito Agrícola assume situação financeira confortável

No ano em que celebra um século de actividade, o Crédito Agrícola considera estar em condições para responder aos desafios actuais e perspectivar um futuro com soluções para os seus associados e clientes. Relativamente aos trabalhadores, João da Costa Pinto, presidente do Conselho Administração Executivo da Caixa Central, revela a intenção de manter a convenção colectiva actual, declinando a possibilidade de uniformização com o ACT do sector

Revista Febase – Uma Instituição que comemora 100 anos está virada para o futuro?

João da Costa Pinto – É, antes de mais, uma Instituição com uma longa história, o que significa que o Crédito Agrícola soube sempre encontrar as melhores vias e caminhos para consolidar a sua posição quer no mercado, quer no seio da sociedade portuguesa. Portanto, não tenho dúvida que o Crédito Agrícola saberá encontrar as respostas para os desafios actuais e no futuro ter um sucesso pelo menos equivalente ao que teve no passado.

P – Como está a sua saúde financeira?

R – Relativamente às duas questões que hoje preocupam a generalidade da Banca, não só em Portugal como nos mercados financeiros internacionais – liquidez e solvabilidade –, o Crédito Agrícola apresenta-se numa situação excepcional tanto numa como noutra. Tem um rácio de transformação muito confortável, que não chega a 100 por cento, e tem uma solvabilidade Tier I superior a 12 por cento, portanto muito acima daquilo que são as exigências actuais mais duras.

P – A crise actual, visível sobretudo nas pequenas comunidades, onde o Crédito Agrícola está mais implantado, é um factor de preocupação?

R – É evidente que os problemas que afectam a economia portuguesa em geral afectam todas as instituições a operar no mercado português, incluindo o Crédito Agrícola. Mas também aí o Crédito Agrícola

O Crédito Agrícola tem desenvolvido muitas iniciativas comemorativas do Centenário



tem características e instrumentos que lhe permitem olhar para as dificuldades actuais com a convicção de que vai ultrapassá-las, pois pratica uma Banca de proximidade – e isso significa um conhecimento grande quer dos clientes e dos seus associados, quer das próprias comunidades onde opera. É evidente que as dificuldades são gerais e afectam a generalidade dos sectores, mas essa Banca de proximidade praticada pelo Crédito Agrícola permite-lhe encontrar as melhores soluções para ir resolvendo os problemas dos seus clientes e dos associados.

### Captção de novos clientes

P – Não poderá significar também uma maior dificuldade, pelo facto de estar mais exposto às alterações que afectam as comunidades?

R – Não, não diria isso. É evidente que o Crédito Agrícola tem um envolvimento acima da média do sistema com os pequenos e médios negócios, com os pequenos e médios clientes, mas isso significa também uma maior diversificação do seu negócio. E significa uma flexibilidade e uma capacidade de actuação que o põe ao abrigo dos grandes problemas que por vezes surgem com grandes clientes. Isso é uma vantagem, em vez de ser um inconveniente.

P – Há possibilidades de o Crédito Agrícola captar novos clientes face às dificuldades que a restante Banca está a colocar no acesso ao crédito?

R – Isso é uma realidade. Dado que o Crédito Agrícola está confortável em termos de liquidez, há um número crescente de bons clientes que o procuram para iniciar um relacionamento comercial bancário, e isso traz novas oportunidades de negócio. Isso está a acontecer em muitos sítios.

P – Já é uma realidade...

R – É uma realidade.

### Sem comparação com caixas de aforro

P – Salvaguardando as devidas distâncias, não teme que possa acontecer a algumas Caixas o que está a acontecer com as caixas de aforro espanholas?

R – Não, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Aliás, as caixas de aforro não são o correspondente às caixas agrícolas portuguesas.

P – Mas são ambas estruturas regionais, de grande proximidade com as comunidades locais...

R – Sim, mas não são o correspondente. As caixas de aforro são instituições de crédito muito especiais, ligadas às autonomias espanholas, e que se envolveram muito com o ‘boom’ imobiliário em Espa-

na. Com o esvaziamento dessa bolha especulativa sobre o imobiliário, têm vindo a sentir dificuldades particulares. Essa não é a situação das Caixas de Crédito Agrícola. Primeiro, em Portugal não houve verdadeiramente uma bolha imobiliária como noutros mercados europeus, nomeadamente no espanhol, e além disso as Caixas têm uma diversificação sectorial que lhes permite, de facto, encarar as dificuldades actuais com algum optimismo. Portanto a situação é completamente distinta.

P – E não há em Portugal Caixas que neste momento estejam com algumas dificuldades?

R – Não. O Sistema Integrado de Crédito Agrícola (Sicam), que envolve 85 Caixas mais a Caixa Central, tem um princípio, o chamado princípio da solidariedade: uma por todas e todas por uma. Como o Sicam tem uma posição extremamente confortável de fundos próprios, com um rácio de solvabilidade muito superior à média do sistema bancário português, dá um grande conforto ao sistema. E quando uma ou outra Caixa tem de se reorganizar financeiramente ou patrimonialmente, fá-lo debaixo do ‘guarda-chuva’ protector do conjunto de Caixas, que têm uma situação de grande solidez financeira e patrimonial.

P – Foi com esse objectivo que nasceu a Caixa Central?

R – Foi também com esse objectivo. O nascimento da Caixa Central, há cerca de 24 anos, teve um duplo objectivo. Por um lado, constituir uma Instituição que centralizasse uma série de serviços e apoios ao conjunto das Caixas – por exemplo, gerindo a tesouraria do grupo, coordenando o conjunto de Caixas, apoiando-as em diversíssimas áreas. Por outro lado, as Caixas procuraram uma Instituição que gerisse de forma centralizada os excedentes de liquidez que de facto tinham. Por este conjunto de factores foi criada a Caixa Central, em linha com o que foi feito noutros sistemas bancários cooperativos europeus.

Com isto, o Crédito Agrícola conseguiu uma coisa muito importante: articular a autonomia própria das Caixas e os seus princípios cooperativos com uma dimensão nacional. Porque a criação da Caixa Central corporizou o tal princípio da solidariedade: a Caixa Central responde por todas as Caixas e são estas que controlam o capital da Caixa Central.

### Manter convenção colectiva

P – Voltemo-nos para questões ligadas aos trabalhadores. Estão a equacionar uma completa equiparação entre a convenção colectiva do Crédito Agrícola e o ACT do sector bancário, uma vez que já não existe a diferenciação quanto à Segurança Social?



Dr. Costa Pinto

R – Os empregados do Crédito Agrícola são bancários, têm uma convenção própria, mas que acolheu no essencial os princípios presentes no ACT. No que diz respeito à Segurança Social, tem de facto uma solução própria autónoma, que aliás é muito positiva e flexível face às condições actuais. Portanto, penso que os próprios colaboradores do Crédito Agrícola estão tranquilos e confortáveis com a situação actual.

P – Em vossa opinião não faria sentido uma uniformização?

R – Não.

### Revisão salarial acompanhará sector

P – Relativamente à revisão salarial deste ano: já foram iniciadas as negociações?

R – Normalmente acompanhamos aquilo que é decidido globalmente a nível do sistema. Há negociações em curso sob a égide da Associação Portuguesa de Bancos (APB) – de que a Caixa Central é associada e está representada na própria Direcção – e nessa perspectiva acompanhamos as decisões que lá são tomadas.

P – Se em sede de negociação do ACT for decidido o congelamento salarial o Crédito Agrícola acompanhará essa decisão?

R – Não queria estar a pronunciar-me sobre isso, pois há negociações em curso. Todos sabemos que essas negociações estão a verificar-se num contexto financeiro muito especial do País, estão a pedir-se sacrifícios a toda a gente. Por outro lado, o sistema bancário português enfrenta uma conjuntura muito particular, nomeadamente na sequência do acordo com o FMI, o BCE e a

Comissão Europeia, o que faz com que as negociações estejam a decorrer num contexto particular. O que o Crédito Agrícola faz é seguir as decisões que nessa matéria são tomadas no âmbito das negociações conduzidas com os Sindicatos.

P – Mas esta é uma situação particularmente diferente, até porque, como disse, o Crédito Agrícola não tem os problemas que afectam a maioria da Banca, encontra-se numa situação privilegiada.

R – Não diria privilegiada. Relativamente às duas grandes questões que afectam a generalidade da Banca, o Crédito Agrícola, como aliás as organizações europeias semelhantes, tem algum conforto, quer em termos de liquidez quer de solvabilidade. Mas fora disso, a evolução das condições de mercado afecta tanto o Crédito Agrícola como os outros Bancos. O Crédito Agrícola tem seguido aquilo que é o resultado das negociações. Não faria sentido que o não fizesse agora. ■

## Muitas iniciativas assinalam centenário

Embora o princípio da solidariedade tenha aparecido em Portugal em 1498, o verdadeiro Crédito Agrícola nasceu poucos meses após a implantação da República, por decreto outorgado a 1 de Março de 1911 pelo Ministro do Fomento, Brito Camacho. Mas seria através da Lei n.º 215, de 1914, regulamentada, em 1919, pelo Decreto n.º 5219, que finalmente ficaram definidas as actividades das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.

Para comemorar o primeiro centenário de actividade no País, o Crédito Agrícola tem desenvolvido ao longo deste ano um conjunto bastante vasto de iniciativas, sobretudo viradas ao exterior.

Assim, foi realizada uma série de conferências regionais tendo como tema como a “Economia Social”, em que participaram especialistas e académicos. Do mesmo modo, foi promovido um colóquio internacional sobre a crise financeira e o seu impacto sobre a Banca cooperativa europeia, que contou com a participação da Associação Europeia de Bancos Cooperativos e de especialistas vindos de organizações europeias semelhantes ao Crédito Agrícola.

Os trabalhadores não foram esquecidos nas celebrações. Além de várias iniciativas por todo o País, em Junho realizou-se um grande encontro em Lisboa, que juntou mais de quatro mil pessoas, entre os cerca de cinco mil trabalhadores e dirigentes das Caixas.

Até final do ano há ainda a salientar uma exposição sobre a história do Crédito Agrícola, que depois da inauguração em Lisboa terá um percurso itinerante pelo País, e um congresso sobre o Crédito Agrícola, agendado para o princípio de Novembro.

Para lembrar a efeméride ficarão a edição de um livro sobre a história do Crédito Agrícola desde praticamente a Idade Média, a produção de uma medalha comemorativa e a missão de um selo pelos CTT. ■





Concurso FOTO FEBASE 2011

Fotos apuradas no mês de Maio

### SBC Tema Livre



"Os atrasados"  
José Pinto



"12:38"  
Bruno José



"Castelo de Guimarães"  
Fernando Machado

### SBC Os Quatro Elementos



"Jogos de água"  
José Pinto



"Inner Peace"  
Simão Marques



"O remoinho"  
Bruno José

### SBN Tema Livre



"Rosto"  
Jorge Basto



"Prisão de Outono"  
Emanuel Pontes



"Espero por ti"  
Francisco Oliveira

### SBN Os Quatro Elementos



"Amarrado"  
Emanuel Pontes



"Outono da vida"  
Amílcar Marques



"Inspeção"  
Jorge Basto

Veja toda a informação em : [www.fotofebase.blogspot.com](http://www.fotofebase.blogspot.com)

### SBSI Tema Livre



"Espiral ascendente"  
João Amaro



"Desencontros aproximados"  
João Amaro



"Autos em alta velocidade"  
José Canelas

### SBSI Os Quatro Elementos



"Terra de fé"  
Cristina Mestre



"Pôr-do-sol no cais"  
Armando Isaac



"Reflexo de água"  
Iliu Ramos

### STAS Tema Livre



"Pato tranquilo"  
José Miguel Costa



"Arqueologia fluvial"  
João Sales



"Passeio entre barreiras"  
Miguel Costa

### STAS Os Quatro Elementos



"Reflexos numa gota"  
José Miguel Costa



"Força da vida"  
Sílvia Nunes



"Mém Tejo"  
João Sales



A Equipa FOTO FEBASE

FEBASE

SBC

SBN

SBSI

STAS



## Formação em alternância: uma aposta com futuro

Os cursos de formação em alternância na Banca para jovens, promovidos pelo Instituto de Formação Bancária, em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, têm abertas as inscrições para a 21.ª edição, a decorrer nas cidades de Lisboa e Porto. Trata-se de um curso que, além de conceder apoios financeiros aos alunos, garante estágios em Bancos ao longo dos três anos do curso

Texto: MANUELA SANTOS\*

Qualquer jovem, com o 9.º ano de escolaridade até ao 12.º ano incompleto e até aos 25 anos de idade, com interesse pela actividade comercial, especificamente na área financeira, poderá candidatar-se ao Curso de Técnicas e Operações Bancárias.

No final do curso, que é composto por formação em sala e estágios em Bancos, num total de 3675 horas, os alunos que superem com sucesso os desafios impostos ficam com nível 4 de formação profissional, com equivalência ao 12.º ano e consequente possibilidade de ingressar no ensino superior.

Tendo por base os quase 2000 alunos já formados pelo Instituto, ao longo das 20 edições anteriores, 94% dos formandos emprega-se e/ou ingressa no ensino superior – muitas vezes no Instituto Superior de Gestão Bancária, dando continuidade à sua formação na área financeira. Números extremamente positivos e que contrariam a tendência do aumento do desemprego e a falta de qualificações dos portugueses.

É interessante verificar que um conjunto alargado de antigos alunos dos cursos de alternância são hoje responsáveis de diversos balcões de Bancos a operar em Portugal, que muitos deles



prosseguiam os estudos, tendo hoje elevados graus de formação académica e, em alguns casos, são tutores de actuais alunos.

Esta é uma ótima oportunidade para os jovens que têm interesse pela área bancária. Inicialmente este tipo de cursos, de carácter profissionalizante, era visto como uma solução de recurso. Hoje, pelo prestígio adquirido e tendo em conta que estes cursos dão equivalência ao ensino secundário, as pessoas já olham para a formação em alternância como uma oportunidade. Uma oportunidade para aprender uma profissão, uma oportunidade para experimentar o mercado de trabalho e uma oportunidade para continuar a estudar. Esta é a grande razão pela qual há uma forte procura desta oferta formativa.

Os candidatos podem contar com um curso teórico-prático, direccionado especificamente para o sector bancário, que conta com a existência de um balcão piloto no IFB, para simulações de atendimento a clientes, mas que dá igualmente particular atenção à parte do desenvolvimento cultural e social, muito através de actividades práticas e lúdicas.

Se o leitor tem familiares ou conhecidos nesta faixa etária, e com perfil para ser bancário, sugira-lhes uma visita ao site do Instituto ([www.ifb.pt/](http://www.ifb.pt/) área Formação Jovens - Banca) para saberem mais sobre a formação em alternância na Banca. ■

\*Directora do Departamento de Formação em Alternância do Instituto de Formação Bancária

Consigo nos momentos difíceis



### Serviços Funerários

Serviço Florista  
Serviço Gratuito no Velório  
Água, Café e Chá  
Flores  
Pagelas

### Centros Funerários

Santa Joana Princesa  
Basílica da Estrela  
Santo Condestável  
São Pedro de Alcântara  
Lumiar  
São João de Deus  
São Jorge de Arroios

Complexo Funerário de Elvas | Complexo Funerário da Figueira da Foz | Crematório de Rio de Mouro  
Tanatoestética e Tanatopraxia | Música no Velório | Cinzas ao Mar | Artigos Religiosos | Jóia da Memória  
Mini-Bus para familiares e acompanhantes | Manutenção e limpeza de Jazigos e Sepulturas  
Serviço Internacional e Crédito simplificado sem juros e encargos até 24 meses - Taeg 0%\*  
Profissionais disponíveis para o ouvir nos momentos difíceis,  
24 horas por dia, Linha de Apoio à Família

808 202 609  
Linha de Apoio à Família

Número Nacional Grátis 800 204 222

Serviço Funerário Permanente 24 horas

\* Adesão ao crédito nos 10 dias seguintes à data da factura



## Futsal

## Vitória indiscutível do GD Santander Totta

Texto: Rui Santos

Foi indiscutível, a todos os títulos, a vitória da equipa do Grupo Desportivo Santander Totta na final nacional do 35.º campeonato nacional interbancário de futsal, que teve lugar na Batalha, na manhã de 12 de Junho. E a justiça do triunfo foi reconhecida por todas as outras equipas que participaram na “final four”, o que constitui a melhor homenagem aos vencedores



Vitor Camacho opõe-se ao remate de Miguel Lourenço

A vila da Batalha, que continua a conhecer grande desenvolvimento e modernidade, foi escolhida para a realização da “final four” da competição. Uma escolha acertada porque os participantes puderam ficar a conhecer o notável esforço da autarquia para o desenvolvimento do desporto, com a construção de modernas instalações para a prática de várias modalidades.

A “final four” começou na noite do dia 10, com o sorteio das meias-finais, que determinou os duelos da manhã seguinte, numa jornada que abriu com o jogo entre o Millennium BCP, de Coimbra, e o Team Foot ActivoBank, de Lisboa, e fechou com o confronto entre o GD Santander Totta, de Lisboa, e os Finimáximos, do Porto.

## Miguel Lourenço fez a diferença

O primeiro jogo não poderia ter começado pior para a equipa de Coimbra que, ainda antes do minuto 4, foi penalizada com a expulsão do seu guardião titular, por defender a bola com as mãos mas fora da sua área de actuação. E daí nasceu o primeiro golo para os lisboetas. Mas foi notória a imediata reacção dos homens de Coimbra que, três minutos depois, chegaram à igualdade, por Miguel Lourenço. Contudo, pouco antes do intervalo os lisboetas voltaram a adiantar-se no marcador, com um golo de João Rebocho.

Mas Miguel Lourenço estava em dia “sim”, empurrando os seus companheiros para a reviravolta no marcador. E não só

fazia jogar como também marcava, tendo marcado mais duas vezes nos primeiros onze minutos do segundo tempo. Já em vantagem, a equipa de Coimbra carregou no acelerador e viria a obter uma vitória robusta, por 6-2, num jogo em que até Rodolfo Loureiro, o guardião suplente que foi chamado à efectividade, fez um golo.

## Quebra física dos portuenses

O segundo jogo foi mais técnico e equilibrado, entre duas equipas com aspirações. Depois do estudo mútuo sobre as potencialidades do rival, o primeiro golo só surgiu aos sete minutos, com um potente tiro de meio campo, a cargo de Luís Xavier, colocando os lisboetas em vantagem, que viria a ser reforçada sete minutos depois, por Rui Esteves e na recarga a um potente remate de meio campo.

O segundo tempo ainda mais reforçou a vantagem dos homens do Santander Totta, que fizeram mais dois golos, de novo por Luís Xavier e Rui Esteves, e mantiveram inviolada a baliza de Vítor Camacho, apesar dos esforços dos portuenses, que cedo quebraram fisicamente, devido ao forte ritmo imposto pelo adversário.

## “Consolação” para lisboetas

A segunda jornada começou com o chamado “jogo de consolação”, para atribui-

ção dos 3.º e 4.º lugares, entre as duas equipas derrotadas na véspera.

Foi sempre um jogo muito equilibrado e jogado num ritmo algo lento, com as equipas a acusarem o esforço do dia anterior. Só aos 11 minutos aconteceu o primeiro lance para golo, com Bruno Pinto, dos Finimáximos, a internar-se bem pela esquerda mas com o guardião contrário, Tiago Ricardo, a antecipar-se e a gorar a oportunidade, que acabou por se consumir dois minutos volvidos, com André Barbosa a aproveitar um ressalto e a colocar a equipa do Porto em vantagem.

Também o guardião nortenho teve oportunidade de brilhar, ao minuto 17, quando fez defesa apertada a um remate, por alto, de Rogério Gomes. Mas dois minutos depois, e então com um remate rasteiro, o mesmo Rogério Gomes faria o empate, com que se chegou ao intervalo, embora tivesse sido o seu companheiro Rui Morgado, quem mais tinha procurado a baliza contrária.

O jogo no segundo tempo foi mais aberto e dinâmico e, logo ao minuto 22, Sérgio Pinto poderia ter colocado os nortenhos em vantagem mas falhou o remate à boca da baliza.

O golo da vitória dos lisboetas viria a surgir quatro minutos depois, com João Rebocho a servir Rui Morgado que, com remate colocado, bateu Telmo Sousa. E até poderiam ter ampliado a vantagem ao minuto 33, quando Rui Morgado – sempre ele – cobrou um livre com remate forte e bem colocado, que Telmo Sousa só defendeu à segunda.

Os últimos minutos decorreram com os nortenhos a tentarem chegar à igualdade e com os homens do BCP a recuarem no terreno, em defesa da magra vantagem obtida e com que chegaram ao apito final da dupla de arbitragem, formada por Manuel Vieira e José Padinha.

Depois, e a anteceder a final, jogou-se um encontro amigável, entre elementos da comissão organizadora do Sul e Ilhas e do Norte e do Centro, com o misto nortenho a vencer por 3-1, mas com alguns “craques”, entre eles Alfredo Correia e José Miguéns, a terem bons pormenores e a demonstrarem que “quem sabe nunca esquece”, também no futsal.

## Vitória justa e por todos reconhecida

Só depois teve lugar a esperada final, entre as equipas do GD Santander Totta e do Millennium BCP, as vencedoras das meias-finais.

Assim alinharam inicialmente as duas equipas, sob a arbitragem de Cristiano Santos e Maranhas Abreu, este com um notável palmarés no torneio, uma vez que

se orgulha de ter apitado em todas as 35 edições já disputadas:

GD Santander Totta – Vítor Camacho (cap.); Luís Xavier, Pedro Palha, Alexandre Caldeira e Rui Esteves;

Millennium BCP – Rodolfo Loureiro; Celso Sá, Miguel Lourenço (cap.), Rui Gonçalves e Filipe Figueiredo.

Alinharam ainda Nuno Coelho e André Cardoso, pela equipa do BCP, e Gonçalo Abrantes, Ricardo Xavier, Baltasar Monteiro e Hugo Ribeiro, pelos lisboetas.

A mesa de cronometragem da final foi formada por Mário Alonso, Renato Costa e António Pimentel.

A equipa do Santander entrou com maior disposição atacante mas a primeira ocasião de golo pertenceu aos homens do BCP quando, aos dois minutos, Filipe Figueiredo cobrou um livre, travado pelo poste esquerdo da baliza de Vítor Camacho.

Dois minutos depois, foi a vez de Pedro Palha, do Santander, ter dois remates fortes a saírem ao lado. E seria Pedro Palha, diante da baliza, a abrir o activo, aos 6 minutos.

Só aos 13 minutos houve nova situação de golo, que poderia ter dado o empate, quando Filipe Figueiredo obrigou Vítor Camacho a uma grande defesa. Mas, logo na resposta, Rui Esteves teve o golo nos pés mas permitiu a antecipaçao do guardião contrário.

A melhor jogada da partida – e que empolgou a numerosa assistência – ocorreu ao minuto 16, quando, numa veloz arrancada de contra-ataque, dois homens do Santander falharam o remate diante da baliza. E como “quem falha sofre”, como se diz na gíria, o golo do empate surgiria no minuto seguinte, na cobrança de um livre directo, por Filipe Figueiredo, que faz a bola entrar pelo “buraco da agulha”, bem junto ao poste do lado esquerdo do guardião contrário.

Mas a equipa do Santander voltaria à vantagem bem perto do intervalo, com Luís Xavier a rematar forte, com o pé direito, e a fazer o 2-1.

A equipa do BCP entrou melhor para o segundo período e, nos primeiros dez minutos, criou duas situações que poderiam ter terminado em golo, e ambas por Celso Sá. Acrescente-se que, na primeira, os ânimos aqueceram, pois Celso Sá foi rasteirado à entrada da área, sem que o árbitro sancionasse o lance faltoso.

Aos 30 minutos, e na sequência de mais um contra-ataque dos lisboetas, Rui

## As entrevistas

No final da partida, fomos ouvir Vítor Camacho, o “capitão” dos vencedores e que foi, também, o guardião menos batido da “final four”, que nos disse:

– A nossa vitória é indiscutível e deve-se ao espírito competitivo que pusemos em campo mas, sobretudo, às condições de organização e de treino que o Grupo Desportivo nos tem fornecido. A vitória é, também, da Direcção do Grupo Desportivo, que tem feito um excelente trabalho e a quem só teremos de agradecer. Entrámos neste campeonato com muito respeito por todos os adversários e este trabalho é para continuar, agora com maior responsabilidade, por termos chegado à “final four”, uma fase a que equipas do nosso Grupo Desportivo não chegavam desde 1997.

Também fomos ouvir dois elementos da equipa do BCP, Nuno Coelho e Celso Sá, com o primeiro a justificar a derrota:

– Fomos uma equipa e discutimos o resultado até à lesão do André. Depois disso, a equipa ficou fragilizada. Mas foram azares a mais, pois tivemos a lesão do Paulo Alves no jogo de ontem, que deixou a equipa mais limitada. E, como se isto não chegasse, também nesse jogo tivemos a expulsão do nosso guardião titular. Foi demais.

Mas logo Celso Sá mostrou confiança no futuro:

– Na próxima temporada, vamos continuar organizados, para tentar ganhar. Chegámos agora à terceira “final four” consecutiva e, no próximo ano, esperamos cá estar, de novo.



Os novos campeões

## A consagração dos vencedores

A anteceder o almoço de confraternização entre os elementos das quatro equipas participantes, a comissão organizadora do campeonato procedeu à entrega de troféus às equipas e de medalhas aos jogadores. Também Vítor Camacho, do GDST, recebeu a taça para o guardião menos batido, enquanto para o seu companheiro Rui Esteves foi a taça de melhor marcador, com a taça disciplina a premiar a equipa dos Finimáximos, do Montepio Geral.

Durante essa cerimónia, a que também assistiu o Vice-presidente da Câmara Municipal da Batalha, Carlos Silva, Presidente da Direcção do SBC, saudou o espírito competitivo e de grande correcção de todos os participantes e, entre o som dos foguetes da festa anual de uma localidade vizinha, não deixou de apelar a uma maior participação na vida sindical, lembrando que “o Sindicato é convergência e, sobretudo, unidade”.





## Tiro

## Jaime Sampaio é novo campeão nacional

TEXTO: RUI SANTOS

Jaime Sampaio, do Banif, é o novo campeão nacional de tiro aos pratos, sucedendo ao portuense José Coelho, do BCP, na lista de vencedores da competição, que vai já na sua 15.ª edição



O campo de tiro de Viseu foi o palco da final nacional da 15.ª edição do campeonato nacional interbancário de tiro aos pratos, em 18 de Junho.

A prova, realizada na variante de "fosso olímpico", e constando de quatro "pranchadas" por cada participante, com quatro séries de 25 pratos, foi muito disputada pelos 24 participantes, com 14 deles representantes do SBSI, seis do SBN e quatro do SBC.

A forma renhida como a prova se disputou fica exemplarmente demonstrada pelo facto de ter sido de apenas quatro pratos a diferença entre o vencedor e o quinto classificado, tendo

havido ainda necessidade de recurso ao desempate para apurar o novo campeão nacional interbancário, já que os dois primeiros totalizaram 96 pratos partidos em 100 possíveis.

Jaime Sampaio junta o título de campeão do Sul e Ilhas ao de campeão nacional, depois de ter sido quarto classificado na edição do ano passado.

Esta foi a classificação dos dez primeiros, ao cabo das quatro "pranchadas": 1.º Jaime Sampaio, do CBanif, 96

pontos; 2.º António Galrito, do GDST, 96; 3.º João Gouveia, do GDST, 94; 4.º Oliveira Costa, do GDBP, 92; 5.º João Matias, do GDST, 92; 6.º João Amorim, do CMB-CP, 90; 7.º Carlos Coelho, do CMB-CP, 89; 8.º José Confraria, do GDBBPI, 89; 9.º António Bacelar, do CMB-CP, 88; 10.º António Coroa, do CBanif, 87.

Todos estes participantes representaram o SBSI, excepto o 6.º e o 9.º, que ali representaram o SBN, e o 7.º, que representou o SBC. ■



26 e 27 de Novembro de 2011

# FEBASEMODEL

Exposição de Modelismo dos Trabalhadores do Sector Financeiro

A exposição será aberta a todos os associados dos Sindicatos da FEBASE e realiza-se, na sua primeira edição, nas instalações do STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, Largo do Intendente Pina Manique, 35-1.º em Lisboa. Em simultâneo decorrerá um concurso destinado a todos os associados e familiares (cônjuges e descendentes).

**Regulamento:** disponível nos sites dos Sindicatos em:

[www.sbn.pt](http://www.sbn.pt) - [www.sibase.pt](http://www.sibase.pt) - [www.sbsi.pt](http://www.sbsi.pt) - [www.stas.pt](http://www.stas.pt) - [www.sisep.pt](http://www.sisep.pt)

**Recepção das peças:** no local da exposição, no dia 25 de Novembro, das 10 às 21 horas, e no dia seguinte, das 9 às 11 horas.

**Horário da exposição:** das 15 às 20 horas no dia 26 de Novembro e das 10 às 15 horas no dia 27 de Novembro.

**Entrega de prémios:** às 15,30 horas do dia 27 de Novembro, no local da exposição.

**Taxas de inscrição:**

Exposição - Grátis

Concurso - 1,00 € por cada peça inscrita

As inscrições deverão ser feitas em impresso próprio, que se encontra disponível nos sites indicados, e remetida para o Secretariado da Organização: [mariorubio@stas.pt](mailto:mariorubio@stas.pt) ou Largo do Intendente Pina Manique, 35-1.º - 1100-285 Lisboa, ao cuidado de Mário Rúbio, acompanhadas do valor da taxa de inscrição.

ISGB INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA  
ISGB - THE PORTUGUESE SCHOOL OF BANK MANAGEMENT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

20  
1991 2011

Ano lectivo 2011/2012



O Instituto Superior de Gestão Bancária - criado pela Associação Portuguesa de Bancos/Instituto de Formação Bancária e a actuar desde 1991 - é uma Escola de Ensino Superior dirigida às necessidades específicas de todo o Sector Financeiro, em particular da Banca, utilizando métodos pedagógicos flexíveis, nomeadamente o Ensino a Distância (com apoio presencial e b-learning).

## → Licenciaturas

- Gestão Bancária (3 anos)
- Gestão e Sistemas de Informação (3 anos)

### Condições de Acesso

#### Regime Geral:

12º Ano  
Provas de Ingresso: Economia ou Português ou Matemática Aplicada às Ciências Sociais

#### Regimes Especiais:

Titulares de curso superior  
Mudança de curso  
> 23 Anos

## → Pós-Graduações

- Curso Avançado de Gestão Bancária (204 horas)
- Gestão Bancária (180 horas)
- Investimentos e Mercados Financeiros (176 horas)
- Alta Performance nas Vendas (180 horas)
- Marketing Digital na Banca (180 horas)
- Compliance (180 horas)
- Auditoria Financeira e de Sistemas de Informação (180 horas)
- Business Intelligence no Sector Financeiro (144 horas)

Licenciaturas reconhecidas oficialmente.

Obs. - As Pós-Graduações não conferem grau académico pelo que "não têm reconhecimento oficial". Conferem, contudo, créditos ECTS a todas as disciplinas.

**Informações (Licenciaturas):**  
Av. Barbosa do Bocage, 87, 1050-030 Lisboa  
Tel.: 217 916 210 | Fax: 217 955 234  
Rua Fernandes Tomás, 352 - 4º, 4000-209 Porto  
Tel.: 225 194 120 | Fax: 225 102 205

**Informações (Pós-Graduações):**  
Av. 5 de Outubro, 164, 1069-198 Lisboa  
Tel.: 217 916 258 | Fax: 217 972 917  
Rua Fernandes Tomás, 352 - 4º, 4000-209 Porto  
Tel.: 225 194 120 | Fax: 225 102 205 | e-mail: [m.guedes@isgb.pt](mailto:m.guedes@isgb.pt)

[www.isgb.pt](http://www.isgb.pt)  
e-mail: [isgb@isgb.pt](mailto:isgb@isgb.pt)



## Concerto de Coros

## Ecos de Páscoa em vozes bancárias

TEXTO: INÊS F. NETO

O concerto de Páscoa de Coros Bancários voltou a encantar pela qualidade das vozes e pela cuidada selecção do repertório, maioritariamente dedicado à quadra mas com algumas peças mais alegres para animar o espectáculo e evitar a monotonia. Um verdadeiro Aleluia à música vocal



O final do dia 28 de Abril foi com certeza muito especial para todos os que passaram pela Igreja de Santa Catarina, em Lisboa. Com rumo definido ou por mero acaso, a surpresa colheu todos: mesmo quem sabia ao que ia não estava à espera da sublime beleza da igreja, com o seu enorme retábulo-mor de talha dourada iluminado pelos últimos raios do sol, a servir de palco aos cânticos religiosos que a excelente acústica fazia ressoar no templo.

Tratou-se do VI Concerto de Páscoa de Coros Bancários, o terceiro e último espectáculo da temporada coralista promovida pelo Pelouro dos Tempos Livres do SBSI – que, como se sabe, tem início em Janeiro com o Concerto de Reis, prossegue em Março/Abril com o Concerto de Coros Bancários e finaliza agora, com o Concerto de Páscoa.

A temporada permite apreciar um leque variado de música de acordo com as épocas em que são apresentadas – nomeadamente nas quadras natalícia e pascal. Sai a ganhar o público apreciador de música coral.

A Igreja de Santa Catarina teve bastante assistência, composta por muitos bancários apreciadores da arte vocal, bem como familiares e amigos, mas também por turistas e católicos que ali se dirigiram para a prática de culto e se quedaram a escutar. Todos se renderam à mestria dos grupos corais – e nem os meninos da catequese resistiram a uma espreitadela.

Ali se apresentaram os seis coros de Instituições de Crédito existentes: o Coro do Grupo Desportivo e Cultural do Banco de Portugal, cujo maestro é Sérgio Fontão; o Coro do Grupo Desportivo e Cultural do BPI, que José Eugénio Vieira dirige; o Coro do Clube Millennium BCP, dirigido por António Leitão; o Coro da Associação Cultural e Desportiva do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (ACD/IHRU), também sob direcção de Sérgio Fontão; o Coral do Grupo Desportivo do Santander Totta, que tem como maestro Vianey da Cruz, e o Grupo Coral dos Serviços Sociais da CGD, que desta vez foi dirigido pela maestrina Manou Marques, em substituição de Luís Almeida, ausente no estrangeiro.

Tal como tem acontecido nas edições anteriores do concerto de Páscoa, mesmo tendo por cenário um templo, o público não se fez rogado nos aplausos de incentivo e apreço aos coralistas, que no total interpretaram quase uma trintena de peças. Só é de lamentar que os coralistas “desertem” após a sua actuação, não ficando para incentivar os colegas dos coros que se seguem em “palco”.

## Cânticos religiosos e não só

O repertório apresentado centrou-se nos cânticos religiosos tradicionais alusivos à época pascal e maioritariamente em compositores de séculos passados. Foi o caso, por exemplo, “Aleluia”, de Mozart, de “Regina Coeli”, de Juan García de Salazar, de “O Esca Viatorum”, de Haydn, ou “Da Pacem Domine”, de Áureo de Castro.

Como o público pôde constatar, merece referência a capacidade de inovação e a criatividade dos grupos corais, que mesmo centrando-se num repertório tão marcadamente tradicional e alusivo à quadra pascal, refrescaram o concerto com algumas notas de alegria.

Foi o caso da interpretação dos espirituais negros “Kumbaya” e “Rock my Soul”, ou de peças do cancionário nacional de Fernando Lopes Graça, como “Alerta, Alerta” (Minho) e “Já os Passarinhos Cantam” (Beira Baixa).

A todos os amantes desta arte resta esperar pelo retomar da temporada coral do SBSI, por altura dos Reis – e constatar então as surpresas que nestes meses de “hibernação” os coros bancários prepararam. ■

## Tiro

## João Amorim é campeão regional

João Amorim, do BCP de Arcos de Valdevez, sagrou-se campeão regional de tiro dos pratos, seguido nos lugares de honra por António Huet Bacelar, do BCP de Santo Tirso, e José Coelho, do BCP do Porto.

Conforme é noticiado noutra local deste número, a final nacional deste 15.º campeonato da modalidade decorreu em 18 de Junho, no Clube de Caça e Pescadores da Beira, em Viseu. ■



## “Põe-te a andar, pela tua saúde...”

## Caminhada pela mata do Buçaco

No âmbito das suas actividades e destinada a todos os sócios do SBN e familiares, o Pelouro do Desporto do SBN, promoveu, no passado dia 9, a sua 14.ª caminhada “Põe-te a andar, pela tua saúde ...”, na Mata do Buçaco, no concelho da Mealhada.

Um passeio pedestre livre, sem guia, no interior da mata, pelos vários trilhos existentes, o cenário perfeito para um passeio pelo interior da natureza, envolto pela beleza extraordinária da carismática Mata, que abraça cerca de 700 espécies de árvores exóticas e indígenas, para além de uma jóia da arquitectura e da História portuguesas: o Palace Hotel do Buçaco, outrora residência de reis. ■

Do desenvolvimento desta iniciativa daremos notícia num próximo número.

## Mata do Buçaco

O lado verde da vida tem na Mata Nacional do Buçaco um dos seus mais fascinantes recantos. A floresta do Buçaco é um bosque denso, muitas vezes secular, onde as árvores têm porte gigantesco e são ricas em essências, perfumes e fulgor. Cedros, abetos, sequóias, tílias, ulmeiros, loureiros, faias, rodoendros, fetos gigantes, acácias e freixos, provenientes da América, da Austrália, dos Himalaias ou de tantos outros locais do Mundo, plantadas e cuidadas por gerações de monges Carmelitas Descalços que viveram, em clausura e contemplação, entre 1630 e 1834, neste magnífico altar da Natureza, sagrado e protegido por bula do Papa

TEXTOS: FIRMINO MARQUES

## Pesca

## Manuel Oliveira vence campeonato regional de mar



A terceira e última prova do 32.º campeonato regional de pesca de mar teve lugar em 14 de Maio, em Vila Chã, e da qual saíram vencedores Fernando Ribeiro, do BCP, com 4758 gramas de peixe capturado, e o BES, por equipas.

No final das três provas realizadas, sagrou-se campeão Manuel Oliveira, do BES, posicionando-se nos restantes lugares do pódio Helder Monteiro, do BCP, e Virgílio Dias, do BES. Por equipas, venceu o BES, seguido do BCP A e BCP B. ■

## Bowling

## Circuito regional começa em Setembro

O SBN vai levar a efeito, nos dias 20, 27 e 29 de Setembro e 4 de Outubro, o 6.º circuito regional de bowling, no salão de jogos do Strike Bowl, em Matosinhos.

A fase regional deste circuito será disputada em quatro jornadas e, em cada uma delas, cada jogador disputará três jogos.

Para efeitos da classificação geral individual final e consequente apuramento dos representantes do SBN – seis masculinos e dois femininos – para a final nacional, que decorrerá em 15 e 16 de Outubro, no salão do Bowlikart, em Ovar, na qual o SBN se fará representar por 33% dos participantes inscritos no campeonato regional. ■

## Futsal

## Final do torneio regional



Os Finimáximos

Com a vitória da equipa “Os Finimáximos”, do Montepio Geral, terminou em 15 de Maio o 35.º campeonato regional de futsal, ficando assim apurado o representante do SBN à fase final do torneio nacional, que se realizou na vila da Batalha.

Em segundo lugar, classificou-se a equipa do “Desportivo BPI”, equipa vencedora na final. ■





## Cruzeiro no Mediterrâneo foi viagem de sonho para muitos

TEXTO: VÍCTOR LOJA/SEQUEIRA MENDES



Com a realização do Departamento dos Tempos Livres do SBC, 34 “mareantes” fizeram-se ao mar, para um cruzeiro que os levou a diversas cida-

des/porto do Mediterrâneo, com algumas incursões a outras cidades do interior.

O cruzeiro iniciou-se em terra, num percurso efectuado até Málaga, em

autocarro. Ali chegados e após as formalidades do check-in, teve lugar o embarque, no “Adventure of the seas”, para uma viagem de 8 dias, dando início a uma inesquecível aventura.

O primeiro desembarque aconteceu em Valência, com visita da cidade, após o que se seguiu para Civitavecchia (Itália) com uma visita aos locais mais emblemáticos e à imperial Roma.

Seguiu-se o desembarque em Livorno (Itália) com uma incursão a Pisa e Florença.

O destino seguinte foi o porto de Ajaccio (Córsega), a partir do qual os “navegantes” puderam apreciar uma panorâmica da ilha.

Nos dois dias de navegação que se seguiram o tempo foi pouco para desfrutar de tudo o que aquele grandioso navio nos proporcionou, fosse na comodidade, fosse na gastronomia ou nos aspectos sociais e de diversão.

Os participantes regressaram mais enriquecidos pelo convívio, pelas experiências desfrutadas e pelos conhecimentos que adquiriram nestes diferentes locais do Planeta. ■

### Pesca

## Finalistas regionais já apurados

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

O Departamento dos Tempos Livres do SBC levou a efeito a final regional de pesca de rio, na pista de Bencanta, no Rio Mondego e bem perto do nosso Sindicato, no passado dia 25 de Junho.

Estavam reunidos todos os ingredientes para que fosse memorável aquela jornada de convívio: muitos participantes, excelente tempo para o exercício da modalidade e, acima de tudo, muito, muito peixe.

Compareceram à “chamada” 29 concorrentes, tendo a prova sido ganha pelo associado Paulo José Paixão Figueiredo, do BCP de Viseu/Alto do Caçador.

Para além do vencedor, ficaram apurados para a final nacional, a realizar na área do SBN, em Setembro: 2.º José António Bonito, CCAM/Montemor-o-Velho; 3.º José Silva Ferreira, BCP/Viseu; 4.º João Pedro Agostinho, BES/Coimbra; 5.º Rui Prata,



BPI/Cantanhede; 6.º José Manuel Alves, BES/Figueiró dos Vinhos; 7.º José Rui Ferreira, BPI/Penacova; 8.º António Oliveira, MG/Coimbra; 9.º Armando Veiga, BES/Coimbra; 10.º António Cascão, BES/Buarcos;

11.º Costa Pinto, BPI/Condeixa; e 12.º Manuel Barqueiro, CGD/Soure.

Por equipas, a do BES A ficou em primeiro lugar, seguida da do BPI, do BCP e do BES B. ■

TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA

### Campos de Férias

## Dez anos passaram e a aventura continua



Lagoa de Albufeira



O Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, sócio fundador da Associação Jovens Seguros, desde 2001, vem proporcionando aos seus associados ótimas vantagens na inscrição dos seus filhos, quer na modalidade de campo de férias fechado, quer na de campo de férias aberto.

Chegada a altura das férias escolares, sabemos como é importante para os pais terem uma alternativa que mantenha ocupadas as suas crianças. Nada melhor, se essa ocupação puder ser através de uma forma saudável, divertida e, ao mesmo tempo, uma experiência inesquecível.

Para si que é sócio do STAS e do SBC (sócio da Jovens Seguros), tem a possibilidade de proporcionar aos seus filhos uma aventura enriquecedora, com descontos apetecíveis e com facilidades de pagamento (pagamentos fracionados até Novembro).

O campo de férias aberto destina-se a crianças e jovens a partir dos 3 anos de idade e estão disponíveis seis turnos, que vão até 12 de Agosto, tendo o primeiro arrancado já no passado dia 4.



Os preços incluem transporte, alimentação e seguros; monitores credenciados, actividades de orientação, escalada, “slide” e “rappel”. A Jovens Seguros tem programas de actividades adaptáveis a todas as faixas etárias, e

No campo de férias fechado, existe muita diversão e aprendizagem: prática de natção, caminhadas, “slide”, “rappel”, bbt/cicloturismo e “bisanaga ball”, entre outras actividades apropriadas às faixas etárias envolvidas, são



Campo de férias fechado de Proença-a-Nova

idas às praias (Costa de Caparica, Tamariz e Lagoa de Albufeira).

A modalidade de campo de férias fechado, em Proença-a-Nova, destina-se a crianças e jovens a partir dos 7 anos de idade. Existem seis turnos, que vão até 2 de Setembro. Os preços incluem o transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso. Está incluída ainda a estadia em regime de pensão completa (pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia).

apenas uma pequena amostra de umas férias repletas de aventura.

Também nesta modalidade existem descontos para sócios do STAS e do SBC e pagamentos fracionados até Novembro.

Para mais informações sobre descontos e condições de pagamento consulte [www.jovensseguros.com](http://www.jovensseguros.com) ou contacte linha grátis 800 205 179 ou telefone 218 802 1 60 ou [geral@jovensseguros.com](mailto:geral@jovensseguros.com) ■







Concurso FOTO FEBASE 2011

Fotos apuradas no mês de Junho

Veja toda a informação em : [www.fotofebase.blogspot.com](http://www.fotofebase.blogspot.com)

### SBC Tema Livre



"Picante"  
Bruno José



"Namoro"  
José Pinto



"Reflexos da noite"  
Luís Pereira

### SBC Os Quatro Elementos



"Summer Storm"  
Simão Marques



"Ereíra Mar"  
Andréa Soares



"Acima das nuvens"  
José Pinto

### SBN Tema Livre



"Barcos de luz"  
Amílcar Marques



"Tampa de Cova"  
Emanuel Pacheco



"Refresco"  
Isabel Navarro de Castro

### SBN Os Quatro Elementos



"Lua cheia"  
José Guimarães



"Ar Puro"  
Emanuel Pontes



"Só"  
Emanuel Pontes

### SBSI Tema Livre



"Reverso no progresso"  
João Amaro



"D. Zefa"  
Cristina Mestre



"Reservado"  
Carlos Santos

### SBSI Os Quatro Elementos



"O barco"  
Hugo Silva



"Ardente"  
Fátima Fernandes



"Solidificações"  
João Amaro

### STAS Tema Livre



"Arqueologia industrial"  
João Sales



"Flores elétricas"  
João Sales



"Flor selvagem"  
Sílvia Nunes

### STAS Os Quatro Elementos



"Força da natureza I"  
João Sales



"Caminho para..."  
Alfredo Coelho



"Água mole em pedra dura"  
Sílvia Nunes



A Equipa FOTO FEBASE

FEBASE

SBC

SBN

SBSI

SSEP

STAS



# Uma parceria que o vai deixar a ouvir melhor

**WIDEX®**

## 3 Vantagens únicas Widex para o beneficiário SAMS:

### 1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.

Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX,  
com condições especiais.

### 2. Serviço com Certificação de Qualidade ISO 9001/2008\*.

Audiologistas licenciados e um serviço pós-venda único  
em 24 horas garantem que retirará o máximo proveito  
do seu Aparelho Auditivo WIDEX.

### 3. Melhoria da sua qualidade de vida.

Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite a sua vida.



## OFERTA DISPONÍVEL

no Centro Clínico de Ambulatório dos SAMS,  
Serviço de Audiofonia, Lisboa,  
ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX  
em todo o país.

SAIBA TUDO SOBRE A SUA AUDIÇÃO EM

[www.widex.pt](http://www.widex.pt)

Número Verde

**800 200 343**

Consulte-nos



1ª consulta grátis



Reparação imediata



4 anos garantia



Certificação de Qualidade  
ISO 9001/2008.

Almada\* • Amora\* • Aveiro • Braga • Cascais\* • Castelo Branco\* • Chaves • Coimbra\* • Covilhã • Elvas • Évora  
• Faial • Faro\* • Funchal • Guarda • Leiria\* • Lisboa\* • Ponta Delgada • Portalegre • Porto\* • Setúbal\* • Sines  
• Tavira • Terceira • Viseu\* • Unidade Móvel\*

\* Centros Auditivos com atividade certificada.  
Texto escrito de acordo com o novo acordo ortográfico.